



Relatório
de Disciplina
de Mercado

Primeiro Semestre

/ 2017

RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido pelo Aviso nº 19/GBM/2013 de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, em conjugação com os critérios definidos pelo pilar 3 do Acordo de Basileia II, o presente Relatório de Disciplina de Mercado, reportado a 30 de Junho de 2017, visa divulgar informação detalhada sobre a solvabilidade e a gestão do risco do Standard Bank, S.A. (doravante designado Standard Bank).

Este documento foi elaborado em conformidade com os requisitos mínimos de divulgação constantes do anexo do normativo acima referido. No presente documento, os valores encontram-se expressos em milhares de meticais.

2. RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração supervisiona a preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Standard Bank que compreendem a demonstração da situação financeira, demonstração de resultados, alterações de fundos próprios e fluxos de caixa.

Em relação à informação apresentada neste Relatório de Disciplina de Mercado reportado a 30 de Junho de 2017, o Conselho de Administração certifica que foram seguidos os procedimentos considerados necessários e que tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna.

3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Standard Bank, S. A. é um banco privado, constituído em Moçambique, que se rege pela lei Moçambicana. Tem a sua sede na Avenida 10 de Novembro, nº 420, em Maputo e está registado na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob o nº 4179 e no Banco de Moçambique como uma instituição financeira.

O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holding Limited, com 98,1% das acções. O Stanbic Africa Holding Limited é uma subsidiária integralmente detida pelo Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes accionistas minoritários detêm 1,9% do banco.

O capital social do Standard Bank está representado por 258.800.000 acções ordinárias de 5 Meticais cada, que correspondem a 1,294,000.00 milhares de meticais, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

No âmbito do seu objecto, o Standard Bank desenvolve actividades da banca comercial, banca de investimentos e presta serviços afins.

4. GESTÃO DE RISCO NO STANDARD BANK

As actividades do Standard Bank expõem a instituição a riscos de diversa ordem, sendo que essas actividades exigem análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir risco é importante na actividade dos serviços financeiros e, os riscos de índole operacional são uma consequência do exercício da actividade. O objectivo do Banco é de alcançar um equilíbrio entre risco e o retorno esperado.

Por natureza, a actividade bancária está basicamente relacionada com a utilização dos instrumentos financeiros. O Banco arrecada depósitos de clientes por diferentes períodos, com taxas fixas ou variáveis, tentando de seguida obter margens de juro ao aplicar esses fundos em activos de boa qualidade.

As políticas de gestão de risco do Standard Bank têm em vista permitir a identificação, avaliação e análise dos riscos, estabelecer limites e controlos de risco apropriados por forma a assegurar que os mesmos se encontrem em níveis aceitáveis mediante utilização de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Banco efectua uma revisão periódica das suas políticas de gestão de risco, assim como dos sistemas em uso, por forma a ter em consideração as alterações ocorridas no mercado e nas práticas de boa governação.

A gestão do risco é supervisionada pela Direcção de Gestão do Risco, de acordo com as políticas definidas pelo Conselho de Administração. Esta Direcção identifica e avalia os riscos financeiros em colaboração com as demais unidades operacionais da instituição. O Conselho de Administração providencia orientações e políticas para a gestão do risco.

A função Auditoria Interna funciona com base em planos de auditoria, que têm em consideração os graus de risco. Esta é responsável pela revisão independente da gestão de risco e assegura a verificação do bom funcionamento dos sistemas de controlo interno e recomenda melhorias.

O Comité de Auditoria Interna, um órgão do Conselho de Administração, juntamente com os auditores internos e externos, tem um papel relevante em matérias de controlo interno e financeiro, prestação e divulgação de informação, assim como assegurar a existência e cumprimento das normas de compliance.

De entre os diferentes tipos de risco a que o banco está exposto, os mais relevantes são o risco de crédito, o risco de mercado, que inclui o risco cambial e o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco operacional:

- Risco de crédito: é o risco de uma contraparte causar prejuízo financeiro ao banco por incapacidade de cumprimento das suas obrigações de reembolso na data contratualmente prevista.
- Risco de mercado: definido como sendo a possibilidade de alteração do valor de mercado, dos proveitos correntes ou efectivos ou dos fluxos de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros, incluindo mercadorias, causada por movimentos adversos em variáveis de mercado, tais como os preços de acções, obrigações e mercadorias, taxas de câmbio e taxas de juro, margens de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas estas variáveis.
- Risco de liquidez: é definido como o risco que o Banco, embora solvente em termos de balanço, não consiga manter ou gerar recursos de caixa suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento integralmente e nas respectivas datas de vencimento ou só o consiga fazer em termos claramente desvantajosos. Verifica-se uma incapacidade para manter ou gerar recursos de caixa suficientes quando contrapartes que disponibilizam fundos ao Banco os retiram ou não os renovem ou quando se verificam perturbações generalizadas nos mercados de activos que transformem activos normalmente líquidos em activos ilíquidos.
- Risco operacional: é o risco de perdas em consequência da inadequação ou falha de processos, pessoas, sistemas internos ou acontecimentos externos. O risco da informação, o risco legal, o risco de compliance e o risco de crime financeiro. O risco estratégico, o risco reputacional e o risco de negócio não são cobertos pela definição. No entanto, os efeitos de eventos de risco operacional na reputação são considerados para efeitos de informação de gestão.

5. ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

O O montante de capital detido pelo Standard Bank é calculado com base nos requisitos mínimos de capital regulamentar definidos pelo Banco de Moçambique (BM) para os riscos de crédito, de mercado e operacional. Os requisitos mínimos de capital regulamentar total são avaliados em 8% dos activos ponderados pelo risco, nos termos dos Avisos nº 14/GBM/2013 e n.º 15/GBM/2013, de 31 de Dezembro, ambos do Banco de Moçambique.

Em adição aos requisitos mínimos regulamentares, o Standard Bank mantém uma margem de capital fixada tendo em consideração todos os seus riscos relevantes, a forma como estes riscos são geridos e mitigados e os resultados dos testes de esforço. A margem serve para assegurar que o Standard Bank tenha capital suficiente para suportar perdas graves que possam surgir num cenário de "esforço". O risco de crédito, o risco de mercado, o risco da taxa de juro da carteira bancária (RTJCB), o risco operacional e o risco de negócio são levados em conta para a determinação da margem de capital.

No seguimento da confirmação do Banco Central em incrementar o rácio de solvabilidade em 4% até 2020, nos termos do Aviso n.º 09/GBM/2017, o Standard Bank efectuou em 2017, uma revisão do seu rácio de solvabilidade interno mínimo, de 12% para 16% (sendo a sua implementação gradual até ao ano de 2020), de modo a reflectir o ambiente desafiador e volátil em que o banco opera, de forma a que a gestão tenha uma visão antecipada sobre as pressões de capital e possa atempadamente embarcar num processo de restauração do capital.

Os requisitos de capital são comparados aos fundos próprios para efeitos de avaliação da solvabilidade. Os fundos próprios incluem tanto os fundos próprios de base (tier 1), bem como os fundos próprios complementares (tier 2), de acordo com os regulamentos do BM.

A composição dos fundos próprios obedece o preconizado no aviso do Banco de Moçambique nº 14/GBM/2013, conforme se segue:

FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1):

- a) Elementos positivos:
- Capital realizado
 - Prémios de emissão de acções e outros títulos
 - Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos
 - Resultados positivos transitados de exercícios anteriores
 - Resultados positivos do último exercício
 - Resultados positivos provisórios do exercício em curso
 - Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro
 - Parcelas das Reservas e de resultados correspondentes a activos por impostos diferidos
 - Interesses minoritários;

- b) Elementos negativos:
- Acções próprias
 - Activos intangíveis
 - Resultados negativos transitados de exercícios anteriores
 - Resultados negativos do último exercício
 - Resultados negativos provisórios do exercício em curso, em final do mês
 - Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5
 - Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial (1)
 - Insuficiência de provisões
 - Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas.

FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER 2):

- c) Elementos positivos:
- Montantes provenientes da emissão de títulos com prazo de vencimento indeterminado e dos provenientes de empréstimos não titulados, nos termos do artigo 13
 - Outros elementos patrimoniais elegíveis, nos termos do artigo 14
 - Provisões para riscos gerais de crédito até ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito
 - Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis
 - Outras reservas de reavaliação, pelos montantes que resultam do Artº 5 e dos nºs 7 e 8 do Artº 19
 - Outros elementos
 - Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 15
 - Parte liberada de acções preferenciais removíveis

- Elementos negativos:
- Activos intangíveis
 - Resultados negativos transitados de exercícios anteriores
 - Resultados negativos do exercício em curso, no final do mês
 - Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no artigo 5
 - Valor correspondente à insuficiência verificada na constituição de provisões, nos termos definidos pelo Banco de Moçambique
 - Os montantes de desvios actuariais negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós-emprego atribuídos pela entidade, que não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas, de acordo com a NIC 19.

5.1 FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

5.1.1 FUNDOS PRÓPRIOS

A 30 de Junho de 2017, os fundos próprios do Standard Bank eram compostos maioritariamente por fundos próprios de base (tier 1).

Os fundos próprios totais ascenderam ao montante de 11.302.323 milhares de meticais, o que representa um crescimento na ordem de 36.6%, comparado ao período homólogo que fechou em 8.272.090 milhares de meticais.

(Valores em milhares de Meticais)		
	Jun 17	Jun 16
Fundos Próprios de Base Positivos		
Capital realizado	1 294 000	1 294 000
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos	9 836 802	7 631 316
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	-	-
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro	-	-
Total Fundos Próprios de Base Positivos	11 130 802	8 925 316
Fundos Próprios de Base Negativos	-	-
Activos intangíveis	-106 989	-136 397
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-56 619	-67 103
Insuficiência de provisões	-544 193	-1 605 083
Total Fundos Próprios De Base Negativos	-707 800	-1 808 584
Fundos Próprios De Base Totais	10 423 002	7 116 732
Fundos Próprios Complementares Positivos	-	-
Provisões para riscos gerais de crédito ate ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	5 213	6 157

(Valores em milhares de Meticais)		
	Jun 17	Jun 16
Outras reservas de reavaliação, pelos montantes que resultam do Artº 5 e dos nºs 7 e 8 do Artº 19	-	-
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 15	875 198	1 150 291
Total Fundos Próprios Complementares Positivos	880 411	1 156 448
	-	-
Total dos Elementos a Deduzir	-1 090	-1 090
Fundos Próprios	11 302 323	8 272 090

5.1.2 RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Em 30 de Junho de 2017, o rácio de solvabilidade era igual a 24.13%, acima do mínimo regulamentar de 8.00%. Comparativamente ao período homólogo, este rácio apresentou um crescimento de 8.14 pontos percentuais, derivado essencialmente da incorporação dos resultados do ano de 2016 nos fundos próprios do Banco.

(Valores em milhares de Meticais)		
Rácio de Solvabilidade	Jun 17	Jun 16
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	1 294 000	1 294 000
Reservas e resultados transitados	9 836 802	7 631 316
Activos intangíveis	-106 989	-136 397
Reservas de reavaliação negativas, nas condições enumeradas no Artº 5	-56 619	-67 103
Insuficiência de provisões	-544 193	-1 605 083
	10 423 001	7 116 733
Fundos Próprios Complementares		
Empréstimos subordinados	875 198	1 150 291
Outros	5 213	6 157
	880 411	1 156 448
Total dos Elementos a Deduzir	-1 090	-1 090
Total dos Fundos Próprios	11 302 322	8 272 091
Activos Ponderados pelo Risco		
Do Balanço	29 138 662	35 069 003
Extrapatrimoniais	12 563 615	14 184 695
Risco Operacional	1 123 835	852 095
Risco de Mercado	4 013 167	1 623 282
	46 839 279	51 729 075
Rácio de Solvabilidade	24.13%	15.99%

5.2 REQUISITOS DE CAPITAL

5.2.1 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito é efectuada com recurso às normas emanadas pelo Banco de Moçambique, á luz do Basileia II.

O apuramento do risco de crédito baseia-se no cálculo dos activos ponderados pelo risco, nos termos do Aviso n.º 11/GBM/2013. O cálculo dos activos ponderados pelo risco (RWA) consiste em aplicar os coeficientes de risco previstos no aviso supra mencionado às diversas categorias de posições em risco do balanço e extrapatrimoniais.

- a) Posições em Risco do Balanço
- As posições em risco dos itens do balanço ascenderam aos MT 62.577.444 milhares de meticais a 31 de Dezembro de 2015, o que representa um crescimento em cerca de 28% quando comparado ao período homólogo.

(Valores em milhares de Meticais)		
Classe de Riscos no Método Padrão	Exposição Bruta	
	Jun 17	Jun 16
i) Caixa e Equivalentes de Caixa	735 573	697 285
ii) Ouro e outros metais preciosos	-	-
iii) Valores em processo de cobrança	-	-
a) Administrações Centrais e Banco Centrais	40 154 594	20 812 324
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	40 154 594	20 812 324
Governos e Bancos Centrais Estrangeiros	-	-
b) Organizações Internacionais	-	-
c) Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-
d) Autoridades Municipais	-	-
e) Entidades do Sector Público	-	919 892
f) Empresas Públicas	5 088 631	7 099 819
g) Instituições de Crédito	8 874 445	18 089 692
h) Empresas	12 225 194	12 584 535
i) Carteira de Retalho Regulamentar	2 470 426	2 687 634
j) Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 913 559	2 176 007
k) Créditos Vencidos	700 432	161 284
l) Categorias de Risco Elevado	-	-
m) Outros Activos	3 426 633	2 873 500
Total das Posições em Risco Originais	75 589 485	68 101 972

b) Posições em Risco Extrapatrimoniais
A 30 de Junho de 2017, as posições em risco dos itens extrapatrimoniais fecharam em 12.772.694 milhares de meticais, representando uma redução de cerca de 12%, comparativamente ao período anterior, conforme se mostra abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)		
Posições em Risco por Classe de Risco – Extrapatrimonial	Jun 17	Jun 16
RISCO ELEVADO	12 361 309	13 907 321
Gar., avales, aceites e endossos	5 069 292	6 034 536
Transacções com recurso	-	-
Cartas de crédito irrevogáveis stand-by	-	-
Compra de activos a prazo fixo	-	-
Valores a realizar	-	-
Venda de activos com opção de recompra	-	-
Outros	7 292 017	7 872 785
RISCO MÉDIO	411 385	568 062
Créditos documentários Garantias s/ carácter sub.crédito Venda activos c/opção de recompra C.de crédito irrevogáveis stand-by Linhas de crédito não utilizadas Outros	411 385 - - - - -	568 062 - - - - -
RISCO MÉDIO/BAIXO	0	0
Créditos documentários Outros	- -	- -
RISCO BAIXO	0	0
Linhas de crédito não utilizadas Outros	- -	- -
Total	12 772 694	14 475 383

5.2.1.1 PONDERADORES DE RISCO

a) Posições em risco sobre administrações centrais e bancos centrais
Posições em risco sobre administrações centrais de países e seus respectivos bancos centrais são ponderadas de acordo com as classificações das agências de crédito a exportação (ECA – Export Credit Agencies) que participam no “Arrangement on Officially Supported Export Credits”.

Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pela ECA são ponderadas de acordo com as classificações da Standard & Poor. Caso não estejam sujeitos a classificação desta agência, são ponderadas de acordo com as classificações da Fitch Ratings ou da Mood’s.

Posições em risco sobre administrações centrais de países não sujeitos a classificação pelas agências ECA ou ECAI são ponderadas em 100%.

b) Posições em risco sobre Organizações Internacionais
É aplicado um ponderador de 0% às posições em risco sobre as seguintes organizações internacionais.

- BCE - Banco Central Europeu;
- BIS - Banco de Pagamentos Internacional; e
- FMI - Fundo Monetário Internacional.

c) Posições em risco sobre Empresas Públicas

As posições em risco sobre empresas públicas são equiparadas às posições sobre empresas e, como tal, ponderadas em 100%.

Em casos excepcionais, as posições em risco sobre Empresas Públicas são tratadas como posições em risco sobre a Administração Central sempre que o Banco de Moçambique considere que não existem diferenças no risco destes tipos de posições, como resultado da existência de uma garantia apropriada prestada pela Administração Central.

d) Posições em risco sobre Instituições de Crédito

As posições em risco sobre instituições de crédito, incluindo as em moeda estrangeira, são ponderadas em função das classificações de crédito atribuídas pela ECA ou, caso não existam, pela ECAI (Standard & Poor).

No caso de instituições estabelecidas em países em que a administração central não é objecto de notação pela ECA ou pela ECAI, as posições em risco são ponderadas a um mínimo de 100%.

As posições em risco sobre instituições de crédito sediadas em Moçambique, que tenham um prazo de vencimento inicial não superior a três meses, denominadas e financiadas em Meticais, são objecto de uma ponderação de 20%.

e) Posições em risco sobre empresas

As posições em risco sobre empresas é aplicado um ponderador de risco de 100%, a menos que sejam cobertas por garantia ou colateral elegíveis, nos termos do Anexo III do Aviso n.º 11/GBM/2013, casos em que o ponderador desce para um risco inferior, compatível com o colateral ou com o emitente da garantia elegível.

f) Outros Activos

Todos os outros activos, incluindo as acções e outras participações de capital, salvo se forem deduzidas aos Fundos Próprios, são ponderados em 100%, com a excepção de::

- Créditos vencidos: a parte não-garantida de qualquer crédito (excepto créditos garantidos por hipoteca de habitação) vencido há mais de 90 dias, líquida de provisões específicas, incluindo write-offs, é ponderada nos seguintes termos:
 - 150%, se as provisões específicas forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco,
 - 100%, se as provisões específicas não forem inferiores a 20% da fracção não garantida da posição em risco,
 - 100%, quando as provisões específicas não forem inferiores a 50% do valor da posição em risco.
- Contas Extrapatrimoniais: a ponderação das contas extrapatrimoniais é efectuada por tipos de classe de risco aos quais são aplicados diferentes factores de conversão de crédito (FCC), conforme abaixo descritos:
 - 100%, para os elementos de risco elevado;
 - 50%, para os de risco médio;
 - 20%, para os de risco médio/baixo; e
 - 0%, para os de risco baixo.

5.2.2 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO DE MERCADO

O requisito de capital para o risco de mercado leva em conta apenas a componente do risco cambial, com recurso às posições cambiais, conforme se segue:

- As posições curtas líquidas e as posições longas líquidas são convertidas em meticais à taxa de câmbio de valorimetria e adicionadas de modo a formar o total das posições curtas líquidas e o total das posições longas líquidas;
- O mais elevado dos dois totais referidos no ponto anterior constitui a posição líquida a ser utilizada para efeitos de risco de mercado.

Abaixo reportamos a base de incidência para o cálculo de requisitos de capitais para a cobertura do risco cambial, à 30 de Junho de 2017, cujo valor ascendeu a 4.013.167 milhares de meticais:

(Valores em milhares de Meticais)									
Países	Moedas	Tipos de Posições		Posições Estruturais e elementos deduzidos aos Fundos Próprios			Posições Líquidas		
		Longa	Curta	Longas	Curtas	Longas	Curtas	Longas	Curtas
		1	2	3	4	5	6	7	8
Estados Unidos da América	Dólar	USD	3 186 112	3 959 874	-	-	-	3 186 112	3 959 874
União Europeia	Euro	EUR	16 609	12 991	-	-	-	16 609	12 991
África do Sul	Rand	ZAR	47 460	37 486	-	-	-	47 460	37 486
Canadá	Dólar	CAD	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	Coroa	DKK	349	-	-	-	-	349	-
Reino Unido	Libra	GBP	2 493	2 565	-	-	-	2 493	2 565
Japão	Iene	JPY	-	5	-	-	-	-	5
Malawi	Kwacha	NWK	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	Coroa	NOK	-	6	-	-	-	-	6
Suécia	Coroa	SEK	12	-	-	-	-	12	-
Suiça	Franco	CHF	45	-	-	-	-	45	-
Zâmbia	Kwacha	ZMK	-	-	-	-	-	-	-
Zimbabwe	Dólar	ZWD	-	-	-	-	-	-	-
Mauritius	Rupee	MUR	-	-	-	-	-	-	-
Austrália	Dólar	AUD	-	238	-	-	-	-	238
China	Rememb	CNY	1 187	-	-	-	-	1 187	-
Total (9)			3 254 267	4 013 167	-	-	-	3 254 267	4 013 167
Base de Incidência para o Cálculo de Requisitos de Capitais para a Cobertura do Risco Cambial (6)								4 013 167	

5.2.3 REQUISITOS DE CAPITAL PARA O RISCO OPERACIONAL

Os requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional são determinados de acordo com recurso ao método do indicador básico (BIA).

No método do Indicador Básico (BIA), a base de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional (KBIA) corresponde a 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador relevante anual positivo..

5.2.3.1 INDICADOR RELEVANTE

- O indicador relevante é o resultado da soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas, numa base anual, reportadas ao final do exercício financeiro, podendo as instituições, numa base temporária, utilizar estimativas quando não se encontrem disponíveis dados auditados.
- Caso, para um dado ano, a soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas seja negativa ou igual a zero, esse valor não deve ser tido em conta no cálculo da média dos últimos três anos, quer no numerador, quer no denominador.

Abaixo reportamos a base de cálculo dos requisitos mínimos de capitais, à 30 de Junho de 2017, cujo valor ascendeu a 1.123.835 milhares de meticais:

(Valores em milhares de Meticais)				
Actividades	Indicador Relevante			Base de Cálculo dos Requisitos Mínimos de Capitais
	2012	2013	2014	
	(1)	(2)	(3)	(4)
1. Total das Actividades Sujeitas ao Método do Indicador Básico	5 216 256	7 342 325	9 918 128	1 123 835
Descrição	A 2014	B 2015	C 2016	
(+) Juros e Rendimentos Similares	2 841 215	3 934 348	6 230 410	
(-) Juros e Encargos Similares	269 471	432 821	955 039	
(+) Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	-	
(+) Comissões Recebidas	609 715	719 563	1 223 127	
(-) Comissões Pagas	-4 478	17 373	7 060	
(+) Resultados de Operações Financeiras	1 885 196	2 712 485	3 218 848	
	-	-	-	
(+) Outros Resultados Operacionais	145 124	426 122	207 841	
	5 216 256	7 342 325	9 918 128	

5.2.4 CAPITAL ECONÓMICO

O capital económico (PAACI) é uma medida interna do banco que mensura o montante de capital requerido e incorpora uma análise granular dos efeitos de riscos e concentração da carteira que podem não estar contemplados no processo de avaliação do capital na perspectiva regulamentar. Por exemplo, o risco de taxa e juros da carteira bancária, o risco de negócio e o risco patrimonial são alguns dos riscos incorporados no PAACI, que não são parte da perspectiva regulamentar.

Para além de riscos adicionais, alguma severidade é adicionada aos riscos padrão da perspectiva regulamentar. O banco agrega as medidas individuais de risco do PAACI, de forma conservadora, assumindo que não há uma diversificação inter-riscos. O PAACI é comparado aos recursos financeiros disponíveis para avaliar a adequação do capital de acordo com as medidas internas. A metodologia é continuamente refinada, a medida que os dados históricos e sua disponibilidade vão sendo aprimorados.

O PAACI é obtido dividindo os fundos próprios, na perspectiva do PAACI, pela utilização de capital (que agrega todos os riscos na perspectiva do PAACI do banco)

A apetência pelo risco do PAACI é de 1.15, sendo que a 30 de Junho de 2017, o banco reportou um PAACI de 1.23, contra 1.15 a 31 de Dezembro de 2016.

6. RISCO DE CRÉDITO

A concessão de crédito fundamenta-se na avaliação dos riscos que podem ter impacto na capacidade futura dos clientes fazerem face aos compromissos assumidos perante ao Banco, sendo o desafio na gestão do risco de crédito, encontrar um equilíbrio entre a qualidade do crédito e o crescimento da carteira, complementando a eficiência às exigências de regulamentação e supervisão.

6.1 DEFINIÇÃO

O risco de crédito é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. Este é composto pelo risco da contraparte, risco de concentração, risco de liquidação e pelo risco do país.

6.2 CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Risco da contraparte: é o risco de perdas que resultam de uma contraparte não querer ou não poder cumprir as suas obrigações financeiras ou contratuais nas suas datas de vencimento. O risco da contraparte é composto por três componentes:

- Risco de crédito primário, que corresponde à exposição em incumprimento (“EEI”) resultante do crédito e actividades relacionadas com produtos bancários, incluindo a sua subscrição;

- Risco de crédito pré-liquidação, que corresponde à EEI resultante de operações a prazo não liquidadas e com instrumentos derivados, decorrente do incumprimento da operação pela contraparte e mensurado como o custo de substituição da operação às taxas de mercado em vigor na data relevante;

- Risco do emitente, que corresponde à EEI resultante de produtos de crédito e de capitais negociáveis, incluindo a sua subscrição. O risco do emitente relativo a estes instrumentos de crédito detidos é reconhecido como risco de crédito;

Risco de concentração de crédito: é o risco de perdas decorrente de uma concentração excessiva da exposição, entre outros, a uma única contraparte ou segmento de contrapartes, um sector de actividade, um mercado, um produto, um instrumento financeiro ou um tipo de valor mobiliário, um país, uma região ou um prazo. Verifica-se tipicamente esta concentração quando um determinado número de contrapartes está envolvido em actividades semelhantes e tem características semelhantes que levam a que a sua capacidade para cumprir as obrigações contratuais seja afectada de forma parecida por alterações das condições económicas ou de outra natureza.

Risco de liquidação: é risco de perdas para o banco decorrentes da liquidação de uma operação, em que o valor é pago mas o contra-valor não é recebido na totalidade ou em parte.

Risco do país ou risco das transferências internacionais: decorre da incerteza de que os devedores possam não ser capazes de cumprir as suas obrigações perante o Banco, tratando-se de países diferentes, devido às condições políticas ou económicas no país da contraparte.

6.3 MENSURAÇÃO E MODELAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Todos os modelos relevantes usados na mensuração, modelação e gestão do risco de crédito cumprem com a regulamentação aplicável e, em particular, os requisitos das abordagens baseadas em classificações internas do Acordo de Basileia, quando aplicáveis. O desenvolvimento, validação, aprovação, testes permanentes e revisão dos modelos são realizados no devido cumprimento dos requisitos da Política de Governação dos Modelos de Crédito do Standard Bank.

6.4 ABORDAGEM DE IDENTIFICAÇÃO, DETERMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

AA identificação dos riscos materiais e determinação dos níveis de risco é supervisionada pelos órgãos de Administração.

Ao determinar quais os riscos considerados relevantes para o Banco, existem alguns elementos cruciais levados em consideração:

- As auto-avaliações de risco e controlos periódicos realizados pelos comités de gestão que identificam os riscos que podem ameaçar a realização e o alcance dos objectivos do negócio;

- Histórico de perdas, bem como potenciais perdas futuras;
- Os riscos de acordo com quantidades significativas de capital económico e alocados pelo regulador; e
- A definição de limiares de relevância aconselhados pelo regulador (Banco de Moçambique).

As facilidades de crédito concedidas a entidades relacionadas (do Grupo Standard Bank) ou à qualquer outra entidade não relacionada, são tratadas na mesma base de concessão de crédito e o risco de crédito tratado do mesmo modo. Estas operações são regidas de acordo com as normas do Banco de Moçambique, bem como as do Grupo Standard Bank.

A política do Standard Bank para avaliação do risco da contraparte e de concentração no âmbito dos riscos de crédito enquadra-se nas “Normas de Governação do Risco de Crédito”, respondendo de igual modo às exigências do Banco de Moçambique definidas através dos avisos 11/GBM/2013 e 15/GBM/2013 e da circular 03/SCO/2013, ambos de 31 de Dezembro, aprovadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank.

6.5 RISCO DA CONTRAPARTE

É atribuído um ponderador de crédito a cada contraparte com a qual o Standard Bank tenha uma exposição ou um limite aprovado. Essa avaliação é executada regularmente (pelo menos anualmente), arquivada e gerida em modelos de ponderadores reconhecidos e aprovados pelo Banco, devendo ser independente da influência da origem do negócio.

As exposições e/ou facilidades separadas da mesma contraparte são classificadas com o mesmo ponderador da contraparte sempre que relevantes, independentemente de eventuais diferenças na natureza de cada exposição e/ou facilidade específica, excepto se as diferentes exposições e/ou facilidades preencherem os critérios para uma distinção no ponderador entre moeda local e moeda estrangeira. Cada ponderador de crédito é atribuído à uma Probabilidade de Incumprimento associada.

As diferentes classes de activos e ponderadores de contraparte são associados à Probabilidades de Incumprimentos diferentes, existindo uma escala universal ou principal de Probabilidades de Incumprimentos, no sentido de possibilitar uma visão global do risco de crédito em toda a carteira do Banco em termos de Probabilidades de Incumprimentos e uma comparação do risco de crédito entre as diferentes classes de activos. As Probabilidades de Incumprimentos são sempre usadas para determinar as perdas esperadas.

O risco da facilidade decorrente de factores específicos da exposição e/ou facilidade, tais como garantias e hierarquia da dívida, é medido e tratado como parte da análise de mitigação do risco de crédito e não deve afectar nem ter impacto no ponderador da contraparte.

O apoio externo facultado a uma contraparte, por oposição aos factores de mitigação, é reconhecido no processo de ponderação numa base definida, aplicada uniformemente.

6.6 TOTAL DA EXPOSIÇÃO BRUTA E MÉDIA AO RISCO DE CRÉDITO

A carteira de crédito decresceu em cerca de 19% em Junho de 2017, em comparação com o período homólogo, desdobrando-se como se segue:

(Valores em milhares de Meticais)				
Descrição	Jun-2015	Média de 2017	Jun-2016	Média de 2016
Carteira de crédito pelos principais tipos de produto				
Credito a Habitação	2 053 388	2 152 691	2 295 826	1 919 310
Empréstimos com Hipoteca de Edifício Comercial do Mutuário	79 024	82 782	85 866	113 128
Locação Financeira	490 558	768 848	735 839	937 081
Empréstimos sem Hipoteca	20 812 257	24 426 206	25 905 984	22 668 985
Total	23 435 227	27 430 527	29 023 515	25 638 504
Extrapatrimoniais				
Garantias, Avals e outros	5 069 292	5 508 202	6 034 536	5 233 913
Créditos Documentários	411 385	317 762	568 062	309 064
Facilidades não Utilizadas	7 292 017	7 560 134	7 872 785	7 620 912
Total	12 772 694	13 386 098	14 475 383	13 163 889

6.7 CONCENTRAÇÃO DE RISCO

São definidos limites de concentração de risco em relação ao capital económico, ao total de activos ou, nos casos em que existam medidas adequadas, ao nível global de riscos. Nos casos em que os limites de concentração são definidos em relação ao capital económico, tal não impede uma actividade de definir limites adicionais dentro destes.

O Banco gere limites de concentração de risco de crédito onde quer que os mesmos sejam identificados (contrapartes individuais e grupos, sectores e países). Os níveis de risco de crédito são estruturados colocando-se limites no valor de risco aceite na relação com o mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e da indústria. Esses riscos são monitorados e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. As concentrações do nível de risco de crédito, por produto, sector da indústria e por País são aprovados trimestralmente pela Comissão de Crédito do Conselho de Administração.

Quando se verifica uma violação dos limites de concentração e não puder ser definido um custo de mitigação adequado para essa violação ou a mesma não puder ser mitigada, o Comité de Gestão de Risco de Crédito determina e recomenda tais violações à Comissão de Crédito do Conselho de Administração para aprovação.

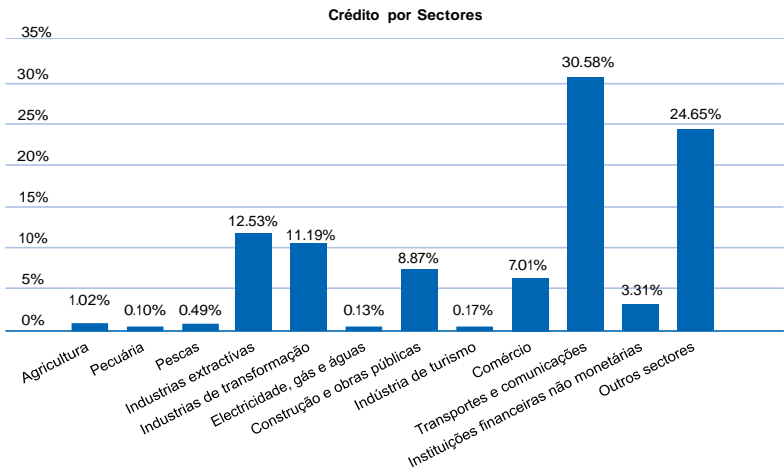
6.7.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito encontra-se distribuída pelas zonas Norte, Centro, Sul e Cidade de Maputo conforme a tabela abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)					
Exposição de Crédito a Clientes (Classes de Risco)	Cidade de Maputo	Zona Sul	Zona Centro	Zona Norte	Total
Entidades do Sector Publico	1 036 986	0	0	0	1 036 986
Empresas Públicas	5 088 631	0	0	0	5 088 631
Empresas	11 234 509	29 855	882 249	78 580	12 225 193
Carteira de Retalho Regularmentar	1 309 208	213 092	661 913	286 213	2 470 426
Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 665 217	24 468	166 621	57 253	1 913 559
Créditos vencidos	400 853	34 184	207 430	57 965	700 432
Total	20 735 406	301 599	1 918 213	480 011	23 435 227

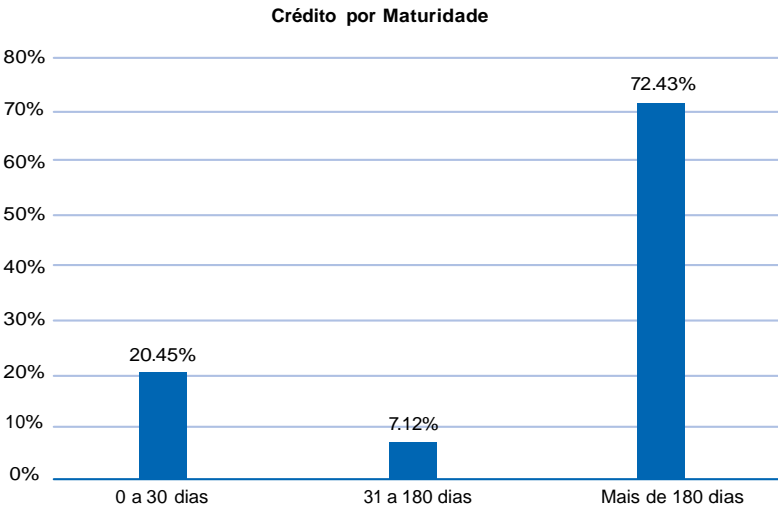
6.7.2 DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO POR SECTORES

A exposição do crédito por sectores está repartida como se segue:



6.8 EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO POR MATURIDADE

O crédito com maturidade superior a 180 dias registou a concentração mais significante:



6.9 CRÉDITO VENCIDO OBJECTO DE IMPARIDADE

Crédito vencido especificamente afectado por imparidade refere-se ao crédito que está em incumprimento, para o qual existe uma diminuição mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, de forma que não se espera uma recuperação integral do valor registado na carteira de crédito.

Estes são analisados em maior detalhe nas seguintes categorias:

- Itens que apresentam fragilidades subjacentes bem definidas e são especificamente considerados como estando em estado de imparidade (itens em estado de imparidade);
- Itens ainda não considerados perdas finais devido a factores específicos que poderão fortalecer a qualidade dos itens (em mora ou com mitigantes);
- Itens considerados incobráveis, na totalidade ou em parte. O Banco estabelece provisões completas para as suas perdas, depois de levar em conta a garantia (crédito vencido – non-performing loan).

A determinação de evidências objectivas de imparidade é feita por classificação interna, nos termos da NIC39, com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Standard Bank:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário;
- Violação de acordos ou condições de empréstimo;
- Início do processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia;
- Desclassificação abaixo do nível de investimento.

A política do Banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano ou mais regularmente, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas a data de relato, caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em modelos colectivos é efectuada relativamente a:

- Carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e
- Perdas que tenham sido incorridas, mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiencia histórica disponível, com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

Para efeitos contabilísticos, o conceito de crédito em incumprimento adopta a definição prevista pelo aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, e agrega o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como crédito vencido.

6.10 RECUPERAÇÕES REGISTADAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As contas saneadas são revistas para determinar as que são definitivamente irrecuperáveis e as que ainda podem ser recuperadas. Neste contexto, o oficial responsável assegura que todos os activos relacionados com os colaterais foram realizados, os activos são recuperados e vendidos, se possível, e as propriedades são vendidas numa execução judicial.

A menos que os acordos para pagamentos mensais estejam regulares, as contas que se considera terem algum potencial para recuperação são sub-contratadas a agentes ou é instituída uma acção legal relacionada com o montante do saldo a liquidar.

(Valores em milhares de Meticais)		
Descrição	Jun-17	Jun-16
Imparidade de empréstimos em cumprimento	22 596	-457 892
Imparidade específica de empréstimos em incumprimento	136 308.00	-112 793.00
Recuperações e reversões	12 771.00	21 227.00
Total	-100 941	-549 458

6.11 MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

6.11.1 MEDIDAS DE CONTROLO DE EXPOSIÇÃO EM INCUMPRIMENTO (EEI)

Todas as exposições são mensuradas de forma a garantir que tanto a exposição corrente, bem como a exposição potencial (ou, quando disponível e em cumprimento com todas as aprovações internas e externas, a exposição positiva esperada) sejam registadas.

O risco de crédito primário decorrente da exposição em dívida é mensurado de acordo com o valor contabilístico para exposições desembolsadas, incluindo os juros corridos, sem dedução de imparidades do crédito e eventuais abates parciais que já tenham sido efectuados, e com a mensuração da expectativa da exposição adicional que possa surgir em caso de incumprimento.

O risco de pré-liquidação é mensurado com base na exposição potencial (ou, quando disponível e em cumprimento com todas as aprovações internas e externas, a exposição positiva esperada), tendo implicitamente em conta a liquidez e explicitamente a volatilidade do activo de referência ou o preço do instrumento ou produto e o prazo da exposição.

O risco de crédito do emitente, decorrente de instrumentos de crédito detidos na carteira de negociação é mensurado de acordo com os requisitos das Normas de Risco de Mercado. Na medida em que os instrumentos de crédito que dão origem ao risco do emitente sejam detidos na carteira bancária, devem os mesmos ser mensurados como risco de crédito primário e ficam abrangidos pelos requisitos das Normas de Crédito.

O risco de liquidação é mensurado em base hipotética (notional), assumindo que o contravalor não será recebido. O perfil de liquidação diário da contraparte em causa deve corresponder ao valor agregado de todas as liquidações devidas pela contraparte nessa data, em base bruta ou líquida, em função dos acordos subjacentes preverem ou não a compensação.

6.11.2 POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE CAUÇÕES

O Standard Bank define caução como um bem de valor, dado em garantia do bom pagamento das responsabilidades do cliente, sobre o qual o Banco pode assumir o controlo ou a posse, na eventualidade de incumprimento por parte do cliente, designadamente resgate de depósitos a prazo, accionamento de apólices de seguro, execução de hipoteca, etc.

O processo de gestão de cauções compreende as fases de preparação, registo, manutenção, custódia e arquivo de documentação.

Não é política do Standard Bank conceder crédito exclusivamente contra apresentação de garantias, sendo a capacidade de reembolso o principal critério de aprovação.

São concedidos, em primeiro lugar, empréstimos se a contraparte satisfizer os critérios normais de crédito, ou seja, rentabilidade, viabilidade, sustentabilidade e a capacidade de reembolsar as dívidas. A prestação de garantia refere-se a uma forma segura contra eventos imprevisíveis que possam resultar na incapacidade de reembolso da dívida pelo mutuário a partir de outras fontes, pelo que na tomada da caução é assegurado que toda a documentação se encontre completa e em ordem do ponto de vista jurídico. O Banco obtém um título válido e incontestável (ou seja, algo que não pode ser posto em causa) sem dificuldade ou despesa, de modo que a titularidade do activo não seja objecto de contestação ou disputa jurídica.

As garantias devem ser prontamente realizáveis em todas as condições e circunstâncias. Idealmente, a garantia deve ser de tal natureza que a conversão do activo em numerário constitua um procedimento simples e fácil para o Banco. Determinados empréstimos no Banco são reembolsáveis mediante solicitação. Nestas circunstâncias, não é desejável aceitar garantias que apenas possam ser realizadas após um longo período de tempo.

O Standard Bank implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias e colaterais de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantias, incluindo os derivados financeiros, para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre propriedades residenciais;
- Encargos sobre bens comerciais, tais como instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida, acções e os derivados de crédito.

O financiamento e empréstimos de longo prazo a entidades empresariais são geralmente garantidos e as facilidades rotativas de crédito individual são geralmente concedidas sem se exigir garantia. Como forma de minimizar a perda de crédito, o Banco procura obter garantias adicionais da contraparte, logo que forem observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais pertinentes.

A garantia detida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações de tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitas a entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Standard Bank efectua a avaliação das cauções antes da concessão e durante o período de vigências dos financiamentos.

As garantias são avaliadas de forma que o valor não esteja sujeito a grandes flutuações, e é efectuada por avaliadores independentes e especializados, aprovados pela comissão de gestão de risco de crédito e pelos membros da administração.

Todos os activos detidos em carteira como garantia são sujeitos a reavaliação, efectuadas de imediato ou periodicamente (anualmente, de 3 a 5 anos) dependendo da situação e do tipo de financiamento concedido. O processo de reavaliação de cauções é efectuado pelo painel de avaliadores que é aprovado e revisto anualmente pelo Banco, permitindo a obtenção de avaliações diversificadas na avaliação da perda estimada de créditos irregulares.

6.11.3 CONCENTRAÇÃO DE RISCO AO NÍVEL DOS MITIGANTES TOMADOS

As Probabilidades de Incumprimento (PDI's) são determinadas a partir dos dados disponíveis, fornecidos externa ou internamente ou recorrendo a um quadro uniforme derivado de uma avaliação especializada.

A metodologia para determinar a recuperação estimada na sequência do incumprimento dum devedor tem em conta:

- As recuperações estimadas, monetárias e não monetárias;
- Os custos estimados, directos e indirectos;
- O valor monetário do tempo através da aplicação da taxa de desconto relevante, aplicada de forma uniforme às diferentes classes de activos.

O Standard Bank detém uma carteira de crédito coberta em 1% por Penhor de Depósitos (Colateral) e 36% por Garantias Imóveis.

O crédito à Banca Corporativa e de Investimentos representa 72% do total da carteira de empréstimos e os mitigantes são maioritariamente constituídos por cartas de garantias ou de suporte de empresas mãe.

Em termos de avaliação de risco:

- A exposição coberta por colaterais não representa risco eminente para o Banco;
- A carteira de retalho regularmentar tem uma cobertura de 28%, composta por créditos garantidos por hipoteca (pequenas e médias empresas). O remanescente desta carteira, sem cobertura, é mitigado considerando-se os pressupostos de perda em conjunto com os indicadores de mercado, através de revisões periódicas de parâmetros de concessão de crédito de modo a manter o risco da carteira a níveis aceitáveis.
- O total da exposição garantida por bens imóveis está integralmente coberto, sendo o grau de cobertura superior a 100% da exposição reportada a 30 de Junho de 2017.

No Crédito vencido, 71% da exposição é coberta por hipoteca de imóveis, sendo que o remanescente não coberto (29%) representa um risco baixo, sobre o qual são aplicadas estratégias de recuperação e reestruturação.

A tabela abaixo resume o total da exposição bruta de crédito, pelos principais tipos de crédito a nível dos mitigantes tomados:

(Valores em milhares de Meticais)			
Classe de Riscos no Método	Padrão	Garantias	
		Exposição Bruta	Penhor de Depósitos Outras Garantias
i) Caixa e Equivalentes de Caixa	735 573	-	-
ii) Ouro e outros metais preciosos	-	-	-
iii) Valores em processo de cobrança	-	-	-
a) Administrações Centrais e Banco Centrais	40 154 594	-	-
Governo de Moçambique e Banco de Moçambique	40 154 594	-	-
Governos e Bancos Centrais Estrangeiros	-	-	-
b) Organizações Internacionais	-	-	-
c) Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-	-
d) Autoridades Municipais	-	-	-
e) Entidades do Sector Público	-	-	-
f) Empresas Públicas	5 088 631	-	27 053
g) Instituições de Crédito	8 874 445	-	-
h) Empresas	12 225 194	163 236	3 664 332
i) Carteira de Retalho Regulamentar	2 470 426	93 203	681 262
j) Exposições Garantidas por Bens Imóveis	1 913 559	-	3 627 598
k) Créditos Vencidos	700 432	-	342 161
l) Categorias de Risco Elevado	-	-	-
m) Outros Activos	3 426 633	-	-
Total das Posições em Risco Originais	75 589 487	256 439	8 342 406
Extrapatrimoniais			
Garantias, avales e outros	5 069 292		
Crédito documentário	411 385		
Facilidades não Utilizadas	7 292 017		
Total	12 772 694.28		

6.11.4 PRINCIPAIS TIPOS DE GARANTES E CONTRAPARTES DE DERIVADOS DE CRÉDITO E A SUA CAPACIDADE FINANCEIRA DE OBTER CRÉDITO

O Standard Bank, no decurso das suas actividades, concede créditos com recurso a contragarantias de crédito, sendo a sua maior concentração na carteira Corporativa e de Investimentos, com uma exposição global de cerca de 28.9 biliões de Meticais (incluindo as contas extrapatrimoniais), em que cerca de 55.1% da mesma desfruta de garantias em forma de cartas de suporte.

A redacção da garantia e ou carta de suporte determina se o apoio é implícito ou explícito, bem como qual o papel que as filiais desempenham para o grupo económico global. Ou seja, determina o nível de apoio financeiro fornecido pela empresa-mãe em base contínua, e o apoio que se pode esperar em caso de esforço financeiro.

Apesar da existência de garantia e ou carta de suporte, o Standard Bank considera como princípio primordial a determinação de solvabilidade de qualquer contraparte, o balanço da própria entidade local e a capacidade de geração de fluxos de caixa do negócio como primeira fonte para reembolso. A avaliação global do risco de crédito é feita, em primeiro lugar, para o desempenho financeiro da entidade local e, em segundo lugar, para a sua empresa-mãe, como recurso alternativo a fraca capacidade de gerar receitas suficientes para o reembolso da exposição bancária num cenário de esforço.

O recurso a carta de suporte e ou garantia empresarial só é considerado num cenário de incumprimento. Os critérios para determinação do risco de reembolso da empresa-mãe são semelhantes ao elaborado para as entidades locais onde são fornecidas informações financeiras e informações qualitativas para a determinação e classificação do rating e sua capacidade de reembolso:

- A condição primária para qualquer entidade ser aceite como garante é a sua capacidade financeira para acomodar qualquer pagamento futuro e as entidades do Standard Bank dentro do grupo desfrutam de um forte relacionamento com todas outras entidades onde tenham sido fornecidas garantias ou cartas de suporte, sendo a maioria dos grupos financeiramente fortes, respeitáveis e listados em diferentes mercados, bolsa de valores onde a quota e o preço por acção atinge as mais elevadas posições.
- As exposições cobertas por garantias e ou cartas de suporte beneficiam de apoio financeiro e técnico satisfatório de um conglomerado financeiramente forte e respeitável que demonstra o compromisso e a capacidade de continuar a apoiar as subsidiárias.
- A avaliação global da carteira de crédito coberta por este tipo de garantias é de baixo risco. As exposições são reavaliadas anualmente, sendo neste exercício revista a capacidade de reembolso e o desempenho financeiro da entidade local e de suporte, emitindo-se um parecer em cada revisão.

6.11.5 MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO

A execução do crédito, incluindo as operações, processos e procedimentos de crédito, é assegurada de forma independente pela função de Crédito, sob os auspícios do respectivo Director de Crédito e comissões seniores de governação de crédito.

Todos os tipos de garantias são tratados como um potencial factor de mitigação das probabilidades de incumprimentos, desde que a Direcção do Crédito esteja convencida do seu valor e do direito jurídico do banco em assumir o controlo e realizar tais garantias para anular a exposição.

As garantias detidas por terceiros e a subordinação estrutural ou preferencial não são levadas em consideração na determinação das probabilidades de incumprimentos, podendo ser considerados factores de mitigação para efeitos regulamentares, caso sejam reunidas as condições previstas pelos regulamentos aplicáveis.

O Standard Bank procura manter uma carteira de risco de crédito adequadamente diversificada e que evite concentrações de risco excessivas desnecessárias, onde o risco de concentração deve ter um preço atribuído ou ser mitigado.

Os riscos envolvidos na gestão do risco de crédito da contraparte e o risco de concentração decorrente de mecanismos tais como programas de titularização e derivados de crédito complexos são avaliados e mensurados.

Quando se verificar a violação dum limite de concentração ao nível duma unidade de negócio ou entidade jurídica, a mesma deverá ser aprovada por comissões específicas.

Seguem abaixo os índices de concentração de risco de crédito:

(Valores em milhares de Meticais)				
Código	Sector de Actividade Económica	Montante da Exposição Sobre o Sector (X)	X^2	% Relativamente ao Montante da Exposição Total
1	Agricultura	292 215.00	85 389 779 210 114.00	3.73
2	Pecuária	29 978.00	898 682 484 733.00	0.23
3	Silvicultura e exploração florestal	-	-	-
4	Pescas	140 723.00	19 803 010 664 208.00	0.43
5	Indústrias extractivas	3 596 897.00	12 937 667 434 439 000.00	13.70
6	Indústria de transformação	3 209 829.00	10 303 002 774 086 200.00	18.33
7	Electricidade, gás e águas	36 276.00	1 315 972 654 506.00	0.07
8	Construção e obras públicas	2 531 989.00	6 410 967 860 148 960.00	6.73
9	Indústria de turismo	47 891.00	2 293 592 612 973.00	0.14
10	Comércio	2 012 127.00	4 048 653 568 641 900.00	6.46
11	Transportes e comunicações	8 774 104.00	76 984 906 589 633 800.00	25.70
12	Instituições financeiras não monetárias	950 806.00	904 032 336 380 343.00	3.37
13	Outros sectores	7 073 328.00	50 031 974 283 512 600.00	21.12
	Total (ΣX e ΣX2)	28 696 163.00	161 730 905 884 469 000.00	100.
	(ΣX)²		823 469 868 186 389.00	
	Índice de Concentração Sectorial		19.64%	
	Nota: Nos outros sectores encontram-se maioritariamente População, Consumo e Diversos.			

(Valores em milhares de Meticais)							
Ordem	Contraparte	Montante de Exposição (X)	X^2	Ordem	Contraparte	Montante de Exposição (X)	X^2
1	Cliente 1	3 150 805	9 927 573 826	51	Cliente 51	67 018	4 491 429
2	Cliente 2	2 067 169	4 273 189 369	52	Cliente 52	61 896	3 831 096
3	Cliente 3	1 518 229	2 305 018 808	53	Cliente 53	60 000	3 600 000
4	Cliente 4	1 364 910	1 862 979 774	54	Cliente 54	53 172	2 827 242
5	Cliente 5	1 163 939	1 354 752 886	55	Cliente 55	49 917	2 491 738
6	Cliente 6	1 141 062	1 302 021 699	56	Cliente 56	47 145	2 222 690
7	Cliente 7	918 449	843 548 389	57	Cliente 57	46 662	2 177 371
8	Cliente 8	736 391	542 272 010	58	Cliente 58	44 196	1 953 291
9	Cliente 9	631 979	399 398 023	59	Cliente 59	44 060	1 941 255
10	Cliente 10	519 822	270 215 397	60	Cliente 60	42 627	1 817 063
11	Cliente 11	438 294	192 101 647	61	Cliente 61	42 340	1 792 657
12	Cliente 12	415 418	172 572 119	62	Cliente 62	41 657	1 735 277
13	Cliente 13	414 893	172 136 063	63	Cliente 63	40 452	1 636 404
14	Cliente 14	407 008	165 655 812	64	Cliente 64	40 000	1 600 000
15	Cliente 15	398 801	159 042 204	65	Cliente 65	38 489	1 481 366
16	Cliente 16	395 877	156 718 799	66	Cliente 66	37 020	1 370 503
17	Cliente 17	384 816	148 083 662	67	Cliente 67	34 417	1 184 507
18	Cliente 18	359 310	129 103 913	68	Cliente 68	33 390	1 114 860
19	Cliente 19	326 084	106 330 917	69	Cliente 69	33 328	1 110 751
20	Cliente 20	313 618	98 356 024	70	Cliente 70	32 700	1 069 285
21	Cliente 21	298 942	89 366 200	71	Cliente 71	32 430	1 051 716
22	Cliente 22	257 423	66 266 347	72	Cliente 72	28 830	831 152
23	Cliente 23	254 447	64 743 327	73	Cliente 73	28 355	804 014
24	Cliente 24	220 197	48 486 930	74	Cliente 74	28 321	802 101
25	Cliente 25	201 244	40 499 070	75	Cliente 75	27 850	775 635
26	Cliente 26	199 069	39 628 268	76	Cliente 76	26 114	681 916
27	Cliente 27	196 891	38 766 235	77	Cliente 77	25 666	658 728
28	Cliente 28	189 002	35 721 744	78	Cliente 78	25 609	655 825
29	Cliente 29	188 283	35 450 314	79	Cliente 79	25 554	652 992
30	Cliente 30	182 008	33 126 874	80	Cliente 80	25 156	632 800
31	Cliente 31	170 589	29 100 538	81	Cliente 81	25 145	632 267
32	Cliente 32	163 544	26 746 751	82	Cliente 82	24 869	618 476
33	Cliente 33	152 283	23 190 155	83	Cliente 83	24 642	607 252
34	Cliente 34	151 165	22 850 848	84	Cliente 84	24 188	585 059
35	Cliente 35	150 002	22 500 470	85	Cliente 85	23 916	571 983
36	Cliente 36	143 738	20 660 621	86	Cliente 86	23 434	549 164
37	Cliente 37	140 069	19 619 193	87	Cliente 87	23 000	529 000
38	Cliente 38	139 081	19 343 525	88	Cliente 88	22 961	527 207
39	Cliente 39	126 080	15 896 154	89	Cliente 89	22 501	506 276
40	Cliente 40	120 940	14 626 484	90	Cliente 90	20 208	408 362
41	Cliente 41	104 643	10 950 200	91	Cliente 91	19 673	387 018
42	Cliente 42	100 835	10 167 596	92	Cliente 92	19 500	380 250
43	Cliente 43	88 117	7 764 603	93	Cliente 93	19 431	377 550
44	Cliente 44	86 746	7 524 798	94	Cliente 94	19 024	361 908
45	Cliente 45	86 316	7 450 489	95	Cliente 95	18 736	351 029
46	Cliente 46	81 759	6 684 524	96	Cliente 96	18 560	344 474
47	Cliente 47	74 923	5 613 470	97	Cliente 97	18 520	343 002
48	Cliente 48	70 425	4 959 749	98	Cliente 98	18 470	341 146
49	Cliente 49	68 780	4 730 750	99	Cliente 99	18 382	337 901
50	Cliente 50	67 689	4 581 777	100	Cliente 100	18 048	325 744
Total 1		21 542 105	25 358 089 345	Total 2		1 587 578	58 080 735
Total Geral						23 129 683	25 416 170 080 106
Total de Exposição da Instituição						28 696 164 695	
Índice de Concentração Individual						3.83%	

7. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é assumido como o risco de perdas decorrentes de alterações no mercado, dos preços usados para a quantificação de valor, sobre as exposições abertas, sobre os instrumentos Financeiros em moeda nacional e estrangeira.

Os produtos financeiros derivados em moeda externa estão expostos a variação de valor por efeito cambial, e as operações sobre títulos financeiros em moeda nacional expõem-se à variação de valor por efeito de alterações nas taxas de juros. Para ambos os casos, são estabelecidos mecanismos de cobertura e de mitigação de riscos.

7.1 ESTRUTURA, FUNÇÃO E ÂMBITO DO RISCO DE MERCADO

O risco de mercado está inserido na função de risco e nas suas atribuições actua com toda a independência.

O âmbito do risco de mercado cobre as actividades da sala de mercados e os seus relatórios de risco são em forma de modelos de processamento, maioritariamente automatizados, interligados aos sistemas operativos do Banco.

7.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

A estratégia de gestão do risco de mercado consiste na fixação de limites de exposição, por carteira e por emissor de risco, adequando-a à conjuntura do mercado, bem como a fixação do nível de perdas máximas por cada carteira de negócio.

I. LIMITES DE EXPOSIÇÃO

Este procedimento consiste na fixação de limite de exposição, calculado em função do movimento máximo histórico no preço que lhe é específico, tendo como referência, a potencial perda assumida pelo Banco, para o emissor e ou para carteira de negócio.

II. POTENCIAIS PERDAS MÁXIMAS POR DIA E POR CARTEIRA

Este procedimento permite assegurar que as perdas que possam ocorrer em determinado dia, não excedam o nível de conforto fixado pelo Banco, em combinação com a gestão dos modelos de cálculo associados ao ambiente do mercado corrente.

III. AMPLITUDE NA VARIAÇÃO DOS PREÇOS

Este é um factor determinante na gestão do risco de perdas e revisão dos limites, através de simulações específicas.

7.3 POLÍTICAS DE COBERTURA, MITIGAÇÃO E MONITORIA DOS RISCOS

Nas operações sobre produtos derivados, nas quais haja exposição ao risco cambial, a cobertura do risco de perda é feita através do princípio “Back to Back”, segundo o qual, para as posições compradas ou vendidas, são constituídas outras operações de natureza simétrica para a cobertura de perdas cambiais potenciais.

Paralelamente aos títulos em moeda nacional, numa base mensal, procede-se à avaliação dos movimentos nas taxas de juros e avalia-se a pertinência de ajustamento das margens mediante as condições de liquidez no mercado, para reflectir e antecipar as prováveis perdas de menos-valias, com constituição imediata de provisões.

Relativamente aos processos de monitoria, o Departamento do Risco de Mercado prepara e distribui diariamente um relatório que agrega a exposição em todas as carteiras de negócio e emissores individuais de risco. Neste relatório, os rácios de gestão, os níveis de exposição, as perdas de negócio e de mercado são evidenciados e comentadas os movimentos significativos e as excepções.

As excepções intencionais poderão ocorrer mediante a solicitação fundamentada pela unidade de negócio de origem, e sujeitas à aprovação competente.

O Departamento do Risco de Mercado identifica por antecipação os potenciais factores de risco emergentes e discute as modalidades de mitigação dos mesmos, em reunião para o efeito por si convocada. Para os casos de riscos residuais, estes são incluídos no pacote mensal que este departamento apresenta na Reunião do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

Mensalmente, por antecipação da reunião do Comité de Política Monetária, são avaliados os prováveis movimentos sobre os cenários nos indicadores de preços e testado o seu impacto nas carteiras de negócio específicas, nas quais, o Banco tem exposições abertas. O objectivo principal é verificar até que nível o ambiente do mercado poderá transmitir uma situação de stress nas carteiras de negócio do Banco.

8. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como o risco de perdas em consequência da inadequação ou falha de processos, pessoas ou sistemas internos ou acontecimentos externos. Abrange o risco da informação e o risco jurídico, mas exclui o risco reputacional e o risco estratégico.

8.1 IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS RISCOS

Dado que o risco operacional inclui um conjunto diversificado de riscos, é importante que exista uma compreensão clara e uniforme do significado desta definição no Banco. Para facilitar este processo, o risco operacional é subdividido nas seguintes categorias de risco:

- Risco de processamento;
- Risco de sistemas;
- Risco humano; e
- Risco de acontecimentos externos.

O risco de processamento: é definido como o risco de perdas sofridas em consequência de processos que falharam ou inadequados.

O risco de sistemas: é definido como o risco de perdas sofridas em consequência de sistemas que falharam ou inadequados, violações de segurança e investimentos, desenvolvimento, implementação, suporte e capacidade dos sistemas inadequados.

O risco humano: é definido como o risco de perdas decorrentes de questões relacionadas com actuação do pessoal do Banco.

O risco de acontecimentos externos: é definido como o risco de perdas sofridas em consequência de acontecimentos externos. Geralmente está limitado a acontecimentos que afectam as capacidades operacionais do Banco, ou seja, não abrange acontecimentos que afectem as áreas de risco de mercado, risco de crédito ou risco do país. Inclui também riscos decorrentes de fornecedores, contratação externa, falha de sistemas externos e fraude.

Podem ser também considerados como riscos associados ao risco operacional, os seguintes:

- O risco da informação: definido como o risco de uso, modificação, divulgação ou destruição accidental ou não autorizado intencional de recursos de informação do Banco que comprometa a sua confidencialidade, integridade ou disponibilidade. O risco da informação é parte integrante do risco operacional e é transversal a todas as categorias.

- Risco jurídico e da documentação: definido como sendo o risco de perdas decorrentes de contratos que não possam ser acionados juridicamente ou cumpridos por qualquer motivo. Emerge do elemento de incerteza das leis e regulamentos, bem como dos processos judiciais. As fontes de risco jurídico incluem, nomeadamente, questões relacionadas com a capacidade e o processo de execução, a legalidade de instrumentos financeiros e a exposição

a alterações imprevistas e inesperadas das leis, regulamentos ou da sua interpretação. Este risco pode manifestar-se tanto de uma forma contenciosa ou não. O risco da documentação de operações decorre de documentação inexistente, inadequada, inapropriada ou em falta, que em consequência, não permite que uma parte tome medidas para atenuar ou eliminar potenciais perdas de uma forma atempada e eficaz.

8.2 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO

As ferramentas que ajudam na identificação do risco operacional também são relevantes para o processo de avaliação e os processos de identificação e avaliação são executados em conjunto. A um nível mais elevado, são mantidos mapas de riscos para mostrar os principais riscos e mecanismos de controlo identificados relativamente a cada categoria de risco operacional.

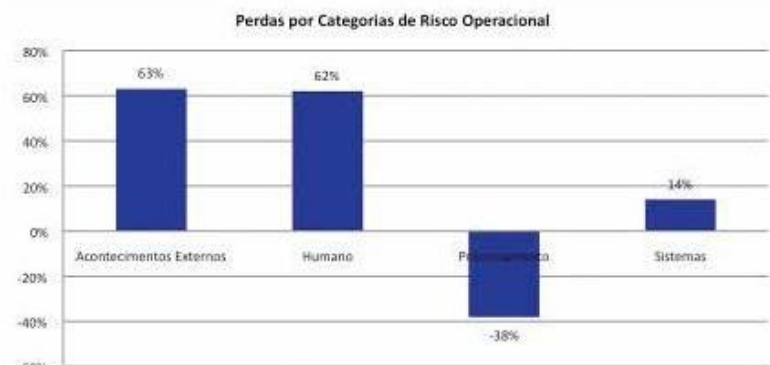
O Responsável do Risco Operacional facilita uma reavaliação regular pelos responsáveis apropriados pela exposição ao risco, eficácia dos controlos e nível de risco residual. É fornecida à Administração uma visão do perfil de risco cobrindo os principais riscos.

O impacto de um incidente é medido de forma uniforme por todas as unidades de negócio, com base na metodologia para medição de perdas que abrange os seguintes elementos principais:

- Perdas brutas: As perdas incorridas antes de mitigação ou recuperações. O valor das perdas brutas é um dos principais elementos do modelo de capital, bem como um requisito regulamentar;

- Perdas líquidas: As perdas incorridas depois de ter em conta as recuperações de clientes, de seguros ou de outras fontes;

- Impacto económico: A medição das perdas para efeitos de comunicação do risco operacional baseiam-se no impacto económico das perdas. Quando o activo afectado não for contabilizado numa base de valor de mercado, tal pode levar a uma diferença de tratamento entre as perdas comunicadas numa perspectiva de risco operacional e as perdas comunicadas numa perspectiva contabilística.



8.3 MÉTODOS DE MONITORIZAÇÃO

8.3.1 APETÊNCIA PELO RISCO E ESTRATÉGIA DE RISCO OPERACIONAL

A apetência pelo risco é determinada ao nível do Banco, expressa em termos de tipos de risco que são aceitáveis para a actividade normal e dos que não serão aceites.

Os níveis de tolerância são definidos em função da apetência ao risco. Para monitorar esses níveis são criados indicadores chave.

A estratégia de risco operacional é revista como parte integrante do processo de planeamento e orçamentação da actividade e as eventuais incoerências são resolvidas antes da aprovação do plano de negócios por um segmento do Banco.

Todos os colaboradores do Banco são responsáveis por comunicar ao Departamento de Risco Operacional incidentes operacionais que se verifiquem, incluindo tanto os casos em que se verifiquem prejuízos, como os que não culminem em perdas.

O Departamento de Risco Operacional define um montante mínimo de prejuízos (gestão de materialidade), acima do qual todos os prejuízos operacionais têm de ser comunicados, bem como os critérios para ajudar os colaboradores a identificar possíveis incidentes. Se o Departamento do Risco Operacional tomar conhecimento de um incidente que deveria ter sido comunicado, mas não o foi, solicita ao responsável pelo risco relevante que faça um relatório sobre o incidente. Tanto quanto possível, são usados processos existentes de recolha de incidentes do Banco.

8.3.2 USO DE INCIDENTES PARA TESTAR O QUADRO EM TERMOS HISTÓRICOS

O Departamento de Risco Operacional usa os incidentes para testar as Auto-Avaliações dos Riscos e Controlos (AARC's) e os Principais Indicadores de Risco em termos históricos, para garantir que representam uma visão adequada do perfil de risco operacional do Banco. As Unidades de Negócio e os responsáveis pelo risco levam em consideração a experiência com incidentes quando executam auto-avaliações ou definem níveis-limite em relação aos indicadores.

8.3.3 FORMAÇÃO E COMPETÊNCIA

O Departamento de Risco Operacional trabalha em conjunto com a Direcção de Compliance para avaliar se incidentes específicos ou tendências em termos de incidentes indicam questões relativas à formação e competência do pessoal envolvido no processo de controlo e supervisão.

8.3.4 PLANEAMENTO DA CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

O planeamento da continuidade do negócio é uma importante técnica de mitigação do risco operacional.

Os responsáveis pelos processos e sistemas do negócio garantem que são postos em prática esquemas adequados para assegurar a continuação do funcionamento em caso de perturbação. O nível destes esquemas e a continuidade do processo ou disponibilidade do sistema é consentâneo com o seu valor crítico para o negócio.

A Administração nomeia um responsável pela Gestão de Continuidade de Negócio em cada unidade que coordena os planos de negócio e define uma norma comum para tais esquemas.

9. GESTÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA (RTJCB)

O risco da taxa de juro da carteira bancária (RTJCB) é a exposição da situação financeira do Banco a movimentos adversos nas taxas de juro. Decorre principalmente do desfasamento de prazos entre os activos e os passivos do Banco. Aceitar este risco (transformação das maturidades) é uma parte normal da actividade bancária e pode ser, para o Banco, uma importante fonte de rentabilidade e valor para os accionistas. No entanto, um risco da taxa de juro excessivo pode constituir uma séria ameaça para os proveitos e para a base de capital do Banco. As alterações das taxas de juro afectam os resultados do Banco ao alterar a sua margem financeira (MF), o justo valor da carteira bancária e o nível dos outros proveitos e despesas operacionais sensíveis.

A abordagem do Standard Bank à gestão do risco da taxa de juros rege-se pela prudência e é consentânea com as leis e regulamentos aplicáveis, com as melhores práticas internacionais e com a situação concorrencial em que o Banco opera nos mercados financeiros.

Em termos gerais, o elemento com o maior contributo para o RTJCB é o risco da base insensível (endowment base), que se refere à exposição ao risco da taxa de juro decorrente de activos insensíveis à taxa de juro (tais como activos não remunerados) e/ou passivos insensíveis à taxa de juro (tais como passivos não remunerados) e do capital. Inclui activos e passivos parcialmente sensíveis, em que o activo ou o passivo pode ser modelado através de uma parte totalmente sensível e uma parte totalmente insensível (por exemplo, depósitos com as chamadas rendibilidades de “lazy rate”). Estas fontes de riscos podem influenciar o Banco tanto de uma perspectiva de resultados, como de uma perspectiva de valor económico.

Com relação ao risco da taxa de juro, há que considerar dois aspectos fundamentais:

- Directrizes: a infracção duma directriz tem de ser comunicada imediatamente ao responsável por essa directriz e ao Director de Risco local, devendo ser expostas, juntamente com as medidas para reduzir e conter a exposição ao risco, nas reuniões semanais/mensais agendadas do CGAP.

- Limite: as infracções de limites têm de ser comunicadas imediatamente ao Director de Risco local, ao Director de Tesouraria local, ao Director de Operações ou ao Administrador Delegado local e às áreas de reporte do Grupo. Além disso, membros do CGAP num número igual ao do seu quórum têm de ser convocados imediatamente para definir e executar as medidas necessárias para reduzir e conter a exposição ao risco. As infracções de limites também têm de ser expostas, juntamente com as medidas para reduzir e conter a exposição ao risco, nas reuniões semanais/mensais agendadas do CGAP.

9.1 IDENTIFICAÇÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO

As fontes mais importantes de risco da taxa de juro são as seguintes:

- Risco de refixação de preço: a fonte mais comum de risco da taxa de juro decorre de diferenças temporais entre o vencimento (para a taxa fixa) e a refixação de preços (para a taxa variável) dos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais do Banco.

- Risco da curva de rendibilidades: os desfasamentos de refixação de preços também podem expor o Banco a alterações da inclinação e forma da curva de rendibilidades.

- Risco de opcionalidade: outra fonte de risco da taxa de juro decorre das opções incorporadas em muitas carteiras de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

- Risco de base insensível (Endowment risk): refere à exposição ao risco da taxa de juro decorrente de activos insensíveis à taxa de juro (tais como activos não remunerados) e/ou passivos insensíveis à taxa de juro (tais como passivos não remunerados) e do capital. Em termos gerais, este é o elemento com o maior contributo para o RTJCB.

- Risco de base: Uma outra fonte importante de risco da taxa de juro decorre de correlações imperfeitas no ajustamento de taxas recebidas e pagas quanto a instrumentos diferentes, embora com características de refixação de preços semelhantes.

9.2 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DA TAXA DE JURO

A equipa de gestão de activos e passivos é responsável por mensurar o impacto do risco da taxa de juro e pela sua monitorização e reporte ao CGAP no País e no grupo face à apetência pelo risco.

O valor de referência para a sensibilidade à taxa de juro da carteira bancária é o impacto cumulativo de 12 meses de um choque de taxa de juro na MF (margem financeira) da forma prescrita pelo CGAP. Os choques paralelos de taxa de juro são calibrados em moeda nacional e moeda estrangeira, tendo em conta tanto os ambientes de taxa de juro vigentes como históricos em Moçambique.

A base para os choques das taxas de juros em moeda estrangeira é de 100 pb para cima e para baixo. Para moeda nacional, o choque da taxa de juro para cima manteve-se em 200 pb, enquanto que o choque da taxa de juro para baixo sofreu um ajuste de 200 pb para 550 pb, induzida pela expectativa de redução das taxas directoras. A directriz imposta pelo CGAP é uma alteração máxima de 10% da margem financeira anual projectada quando o balanço for sujeito a um choque de taxa de juro específico do país para a moeda nacional (MN) e para moeda estrangeira (ME).

A margem financeira é coberta parcialmente devido à sua correlação negativa com as perdas de crédito. Embora exista um desfasamento entre estes componentes da demonstração de resultados durante as reduções de taxas de juro, a redução nos proveitos de juros é parcialmente compensada por uma redução nas perdas de crédito.

A tabela abaixo ilustra o efeito na margem financeira, como resultado da alteração da taxa de juros em 100, 200 e 550 pontos bases, para moeda nacional e moeda estrangeira, a 30 de Junho de 2017 e comparativo a 31 de Dezembro de 2016:

(Valores em milhares de Meticals)				
	Jun 17		Jun 16	
1. Moeda Nacional (Choque Paralelo +200 pbs - 550 pb): 12 Meses				
	MZN	%	MZN	%
+ 200 pbs	220 646	2.22%	402 558	8.81%
- 200 pbs	-	-	-415 824	-9.11%
- 550 pbs	-662 802	-6.67%	-	-
2. Moeda Estrangeira (Choque Paralelo +- 100 pbs): 12 Meses				
USD	%	USD	%	342 161
1 100	4.69%	3 025	19.9%	-
583	-2.49%	-1 889	-12.43%	-

Caso existam, o banco considera usar obrigações de tesouro de taxa fixa e bilhetes de tesouro de longo prazo para mitigar o seu RTJCB, dado que o mercado de “swaps” de taxa de juro ainda é pouco desenvolvido em Moçambique.

9.3 MÉTODOS DE CONTROLO DO RISCO DA TAXA DE JURO

De acordo com o Pilar 2 do Basileia II, deve ser realizado um processo interno de avaliação da adequação do capital para determinar se o banco tem capital suficiente tendo em conta o seu perfil de risco.

O cálculo do capital económico associado ao risco da taxa de juro baseia-se na medição dos prejuízos no cenário mais pessimista da margem financeira esperada a 12 meses dentro dum determinado intervalo de confiança.

Com base num conjunto estocástico de cenários de taxa de juros calibrado em função das taxas e volatilidades do mercado, a distribuição cumulativa da alteração da margem financeira a 12 meses é calculada em base mensal. A partir da distribuição da margem financeira, calculam-se os prejuízos de ponta com um intervalo de confiança de 99,887%. Este valor reflecte o impacto negativo nos proveitos associado a uma alteração das taxas de juros.

9.4 MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO DO RISCO DA TAXA DE JURO

As estratégias da equipe de gestão de activos e passivos para cobrir o risco de taxa de juros da carteira bancária são aprovadas casuisticamente, por um número de membros do CGAP correspondente ao seu quórum, juntamente com factores que desencadeiam a interrupção de prejuízos.

A Unidade de Risco de Mercado é responsável pela supervisão independente do risco, execução e acompanhamento das estratégias de operações do CGAP com factores desencadeadores aprovados casuisticamente.

Em termos de informações internas, os relatórios são fornecidos atempadamente à Comissão de Gestão de Risco (trimestralmente), à Comissão de Supervisão de Riscos do Grupo (trimestralmente), ao CGAP do Grupo Standard Bank (mensalmente e trimestralmente) e ao CGAP local (mensalmente).

Embora estes relatórios possam variar em função do perfil de risco de taxa de juros do banco, têm de incluir pelo menos as seguintes informações:

- Resumos das exposições agregadas do Banco;
- Relatório a demonstrar o cumprimento das normas, políticas, limites e directrizes por parte do Banco;
- Resultados do impacto na margem financeira baseado nos choques de taxa de juros estandarizados e nas três perspectivas alternativas da taxa de juros;
- Resultados dos testes de esforço, incluindo os que avaliam a falência das principais premissas e parâmetros, tanto para a margem financeira, como para o valor económico;
- Resumos das constatações e revisões das normas, políticas e procedimentos do risco de taxa de juro e da adequação dos seus sistemas de medição, incluindo eventuais constatações de auditores e consultores internos e externos.

10. GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como o risco que o Banco, embora solvente em termos de balanço, não consiga manter ou gerar recursos de caixa suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento integralmente e nas respectivas datas de vencimento ou só o consiga fazer em termos claramente desvantajosos. Verifica-se uma incapacidade para manter ou gerar recursos de caixa suficientes quando contrapartes que disponibilizam fundos ao Banco os retiram ou não os renovem ou quando se verificam perturbações generalizadas nos mercados de activos que transformem activos normalmente líquidos em activos ilíquidos.

A nível operacional, faz-se uma distinção entre o risco de liquidez em termos de financiamento e o risco de liquidez em termos de mercado.

- O risco de liquidez em termos de financiamento é o risco do Banco não ser capaz de fazer face a necessidades de fluxos de caixas, correntes ou futuras, sem afectar negativamente as suas operações diárias ou a sua situação financeira. É o risco de que contrapartes que concedem financiamento de curto prazo ao Banco cancelem ou não renovem esse financiamento. Tem por objectivo uma estrutura de financiamento bem diversificada, fiável e eficiente em termos de custos, que suporte a diversidade de negócio e a estratégia do Banco.
- O risco de liquidez em termos de mercado é o risco do Banco não conseguir compensar ou eliminar uma posição com facilidade sem afectar substancialmente o preço de mercado devido a uma perturbação no mercado, incorrendo assim em perdas. É o risco de perturbação generalizada nos mercados de activos que faça com que activos normalmente líquidos se tornem ilíquidos e o risco de perdas potenciais decorrentes da venda forçada de activos que gerem um produto inferior ao seu justo valor de mercado.

O risco de liquidez é difícil de prever e pode rapidamente escalar. Uma crise de liquidez pode ter efeitos negativos, sendo o mais severo a falência do banco. Estes efeitos podem incluir significativas perdas de resultados, venda de activos a preços forçados, que provocam distorções nos mercados financeiros e mudanças repentinas nos volumes e termos de contratos de crédito, que podem retrainr a actividade económica. A política de liquidez apresenta parâmetros de gestão de liquidez bastante conservadores, que garantam que o banco detém liquidez adequada e suficiente para situações normais de operação e situações de esforço.

10.1 IDENTIFICAÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

É responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva manter níveis adequados de liquidez, de acordo com os requisitos regulamentares, as melhores práticas internacionais e definição interna da apetência pelo risco. A CGAP é responsável por garantir o cumprimento da política de risco de liquidez e supervisão independente da gestão do risco de liquidez.

Como parte de um processo abrangente de gestão de liquidez, o banco distingue entre gestão de liquidez tática, estratégica e contingente. Estas três categorias de gestão de risco são regidas por um quadro abrangente de governação interna para identificar, mensurar e gerir exposições a riscos de liquidez. Combinando cada uma das categorias de gestão de risco permite uma monitoria efectiva do risco de liquidez.

10.1.1 CATEGORIAS DE GESTÃO DE RISCO

Gestão tática (curto prazo) do risco de liquidez	Gestão estratégica (longo prazo) do risco de liquidez	Gestão do risco de liquidez contingente
Gestão diária da posição de liquidez	Garantir um balanço com uma estrutura sólida	Monitorar e gerir indicadores de alerta antecipado de liquidez
Monitorar a posição curta de liquidez interbancária e títulos com acordo de compra	Identificar e gerir desfasamentos estruturais de liquidez	Estabelecer e manter planos de contingência de liquidez
Monitorar as necessidades diária de fluxos de caixa	Determinar e aplicar os perfis comportamentais	Efectuar numa base regular testes de esforço de liquidez e análise de cenários
Gestão de fluxos de caixa de curto prazo	Gerir fluxos de caixa de longo prazo	Reunir o comité de gestão de crise de liquidez, se necessário
Gestão diária de liquidez em moeda estrangeira	Preservar uma base diversificada de fontes de financiamento	Garantir níveis de excesso de liquidez em consonância com a antecipação a eventos de esforço
Definir taxas de acordo com o desfasamento de liquidez e necessidades de liquidez contingente conforme informado pelo CGAP	Estabelecer as necessidades de financiamento de longo prazo	Recomendar sobre a diversificação da carteira de excesso de liquidez
	Avaliar as exposições de liquidez em moeda estrangeira	Garantir conformidade do Rácio de Cobertura de liquidez de acordo com Basileia III
	Estabelecer apetência pelo risco de liquidez	
	Estabelecer apetência pelo risco de liquidez	
	Garantir a existência de apropriados preços de transferência para o custo de liquidez	
	Garantir conformidade do rácio de estabilidade de liquidez pelo Basileia III	

As questões colocadas no dia-a-dia da gestão de liquidez prendem-se com:

- A detenção de activos líquidos de alta qualidade suficientes para cumprir com mínimo de requisitos regulamentares e para absorver possíveis saídas de caixa em esforço de liquidez tanto sistémico, como do banco em específico bem assim o efeito combinado num horizonte de curto prazo.
- O desfasamento estrutural de liquidez resultante do período de maturidade entre activos e passivos será mantido no nível de capacidade do desfasamento de liquidez (conforme definido na Política de Liquidez), garantindo recursos estáveis disponíveis para atingir o nível de demanda de recursos estáveis requeridos.

Esforços são envidados para evitar exposição a eventos de risco inaceitáveis tais como, actividades que possam ter como consequência prejuizos para a reputação, actividades ilegais, violação dos regulamentos e violação de mandatos de clientes; sendo que, quando for identificado um evento de risco desta natureza, deve ser tratado com a devida urgência.

Especificamente, o Standard Bank procura gerir o risco de liquidez relativamente aos seguintes pontos:

- Ao desfasamento no financiamento de activos a prazo por passivos de curto prazo, o que pode aumentar o potencial para futuras crises de liquidez;
- Assegurar que a posição de liquidez seja suficiente para fazer face às necessidades diárias, cíclicas e/ou sazonais, bem como de longo prazo;
- Manter níveis mínimos de activos comercializáveis, combinados com acesso a outras fontes de liquidez;
- Gerir a posição de liquidez do Banco em condições adversas e sob esforço;
- Assegurar uma base de financiamento adequadamente diversificada;
- Medir, acompanhar e controlar os riscos de liquidez, tanto dos livros de operações bancárias em moeda local como em moeda estrangeira, dos livros de negociação e outras exposições fora de balanço em termos de liquidez;
- Opcionalidade, como o direito de reembolso antecipado de depósitos e/ou outros factores desencadeadores que teriam como consequência uma necessidade de liquidez, tais como variáveis ou condições económicas, diminuição de classificações de crédito (ratings), questões relacionadas com o risco-país, perturbações específicas do mercado (por exemplo, do papel comercial) e a alteração de contratos devido aos sistemas jurídicos, contabilísticos ou fiscais prevalentes e alterações semelhantes;
- Exposições de liquidez dentro do próprio dia relativas aos sistemas de pagamento e liquidação;
- Garantias detidas; e
- Cumprir as obrigações regulamentares em termos de liquidez a todo o tempo.

10.2 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Como parte integrante de um processo abrangente de gestão da liquidez, o Banco distingue entre risco de liquidez tático, estratégico e contingente. Estas três categorias de gestão do risco regem-se por um quadro de governação interno abrangente para identificar, mensurar e gerir a exposição ao risco de liquidez. A combinação destas três categorias de gestão do risco permite uma monitorização eficaz do risco de liquidez.

O risco de liquidez é gerido de acordo com um conjunto de princípios pré-definidos. Estes princípios estão alinhados às melhores práticas internacionais e são concebidos para suportar as estratégias de negócio que assegurem liquidez em todos os momentos, em todos os ciclos de mercado e durante períodos de esforço financeiro. Os princípios detalhados estão contidos nas Normas de Risco de Liquidez e nas políticas relacionadas.

10.2.1 AO NÍVEL TÁCTICO

Para assegurar a resistência durante horizontes temporais de curto prazo, o Banco detém activos suficientes, não onerados, de elevada qualidade e muito líquidos. Estes activos têm de estar disponíveis com facilidade para poderem ser convertidos em liquidez em qualquer momento, para absorver as saídas líquidas de caixa estimadas de um cenário de esforço de liquidez modelado sistémico ou específico do Banco e de um esforço combinado, cumprindo concomitantemente os requisitos de liquidez prudenciais e/ou regulamentares específicos.

Os testes de esforço e análise de cenários são baseados em eventos hipotéticos assim como eventos históricos. Estes são conduzidos com base no perfil das fontes de financiamento e posição de liquidez. O impacto da crise é tipicamente medida num período de 1 mês, uma vez que este é considerado o horizonte temporal mais

crucial para eventos de liquidez. Este período é adaptado para ir de encontro com os diferentes requisitos regulamentares. A antecipação de eventos de fluxo de caixa tanto para itens do balanço patrimoniais assim como extrapatrimoniais, são objecto de testes de esforço e análise de cenários tanto específico como sistémico, de modo a avaliar o impacto de eventos improváveis mas plausíveis na posição de liquidez. Os resultados são analisados em comparação com os excessos de liquidez e os planos de contingência de liquidez, para dar a segurança da capacidade do banco de manter liquidez suficiente em condições adversas. Adicionalmente, para tomar em consideração eventuais perturbações no mercado de swaps, excessos de liquidez são detidos para cada moeda materialmente relevante, conforme definido pelos padrões de risco de liquidez do grupo.

O banco detém uma carteira de instrumentos financeiros altamente líquidos e disponíveis para venda, acima dos limites prudenciais, regulamentares e dos requisitos de testes de esforço do banco, como forma de se precaver contra quebras inesperadas dos fluxos de caixa. Esta carteira é gerida pelo CGAP – os limites são definidos na base de diversificação de liquidez. O Banco efectua os três cenários de esforço prescritos de acordo com a declaração de apetência pelo risco de liquidez, em que o esforço combinado corresponde ao cálculo do rácio de cobertura da liquidez (RCL) de Basileia III.

O impacto do evento de esforço específico do Banco é considerado durante um horizonte temporal de 12 meses. A crise é formulada à volta de uma perda de confiança no Banco, resultante num levantamento de depósitos motivado pelo pânico. A renovação de passivos fica parcialmente afectada, assumindo um aumento da taxa de desmobilização de depósitos. São definidas premissas razoáveis em termos de renovação do crédito que se vença. São incorporados requisitos de liquidez para rubricas extrapatrimoniais antes de serem modeladas medidas para contrabalançar eventuais défices de financiamento. O teste de esforço não assume nenhuma ajuda por parte das autoridades reguladoras nem do Grupo, para além das linhas contratualmente acordadas.

O cenário de esforço sistémico é formulado em torno de uma ruptura do mercado no curto-prazo, que gradualmente se torna um esforço sistémico de mercado no longo prazo. Todos os bancos no mercado são afectados pela crise. O período de esforço é também medido num horizonte temporal de 1 mês. A renovação de contratos de depósitos é parcialmente prejudicada, por uma contracção da confiança dos depositantes. Algumas assunções razoáveis são efectuadas em termos de renovação de empréstimos vencidos. Os requisitos de liquidez de itens extrapatrimoniais são incorporados antes que qualquer acção correctiva subsequente seja tomada para contrabalançar uma eventual escassez de liquidez. Os testes de esforço assumem que não haverá qualquer tipo de suporte tanto do regulador, como do grupo para colmatar qualquer situação de esforço, fora das linhas contratuais do balanço já existentes.

As seguintes assunções aplicam-se no cenário de esforço sistémico:

- Redução da estabilidade de depósitos de retalho com prazos indefinidos, levando a uma erosão da base de depósitos de retalho;
- Bancos com uma quota de mercado superior a 20% (ou, se a Comissão de Gestão de Activos e Passivos (CGAP) considerar o Banco importante em termos sistémicos, com aceitação por parte da CGAP do Grupo) - as saídas de depósitos em caso de esforço devem ser consentâneas com a erosão dos desfasamentos em situação normal do negócio.
- Bancos com uma quota de mercado inferior a 20% - as premissas quanto à erosão devem basear-se na erosão do nível de confiança sob esforço de acordo com a Política e Métodos de Classificação Comportamental do banco.

O Banco mensura a gestão da liquidez de curto prazo através de um rácio de cobertura da liquidez interna, que é calculado dividindo o montante disponível de liquidez contingente pelas saídas líquidas de caixa sob esforço, da forma determinada para os cenários de esforço de liquidez específicos do Banco, sistémicos e combinados realizados pelo Banco.

- Limite de tolerância: para o período da média móvel de 5 dias úteis a medida do esforço interno deve ser ≥100% durante os 5 dias de esforço, mantendo o cumprimento das reservas obrigatórias.
- Despoletador de apetência: para o período da média móvel de 5 dias úteis a medida do esforço interno deve ser ≥105% durante os 5 dias de esforço, mantendo o cumprimento das reservas obrigatórias.
- Para além dos testes de esforço da liquidez, o Banco monitoriza limites de concentração, para depositantes isolados e para os 10 maiores depositantes, a diversificação das fontes de financiamento e a dependência do mercado interbancário e mantém níveis mínimos de activos líquidos superiores aos requisitos prudenciais, que têm de ser sempre 5% superiores aos passivos relacionados com financiamento do Banco. Os pormenores dos princípios referidos acima estão contidos na Política de Risco de Liquidez.

10.2.2 AO NÍVEL ESTRATÉGICO:

Uma das formas de mensuração dos riscos e posição de liquidez é o desfasamento estrutural dos vencimentos de activos e passivos.

A abordagem ao desfasamento (mismatch) mede a liquidez do Banco avaliando o desfasamento entre as suas entradas e saídas de fundos dentro de diferentes bandas temporais numa grelha de prazos. O desfasamento estrutural da liquidez baseia-se em fluxos de caixa ajustados pelos comportamentos, que incorporam uma probabilidade de vencimento nas diferentes bandas temporais. As premissas detalhadas e a lógica aplicada na compilação do desfasamento estrutural da liquidez estão contidas no documento sobre métodos de classificação comportamental do risco de liquidez.

Devido aos fluxos de caixa esperados divergirem significativamente da posição contratual, a classificação comportamental é aplicada aos activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais com um vencimento ou um período de saque indeterminado, bem como a certos activos líquidos.

Este processo é usado para identificar fontes suplementares significativas de liquidez estrutural sob a forma de activos líquidos e depósitos, tais como contas à ordem e contas correntes que, embora sejam reembolsáveis à vista ou com um pré-aviso curto, apresentam um comportamento estável.

O desfasamento líquido é obtido subtraindo os passivos e as posições extrapatrimoniais líquidos aos activos de cada banda temporal. A posição de liquidez do Banco é avaliada através da posição de desfasamento acumulado líquido (soma da posição líquida em cada banda temporal sucessiva), expressa em percentagem do total de passivos perante o público relacionado com financiamento. O desfasamento estrutural é medido numa base mensal.

Resultados do desfasamento estrutural (MN - moeda nacional)

Desfasamento Estrutural em Moeda Nacional (MZN) - Junho de 2017									
Banda Temporais	Classificação Comportamental dos Activos (A)	Classificação Comportamental dos Passivos (B)	SWAPS extrapatrimonial (C)	Desfasamento do Período (A-B+C)	Desfasamento Acumulado	% de base de financiamento (D)	Directriz (E)		Capacidade
0 a 7 dias	36 449 330	2 374 773	0	34 074 558	34 074 558	110%	0%	Alerta de Apetência pelo Risco	34 074 558
8 a 31 dias	2 317 046	3 546 236	7 295	-1 221 895	32 852 662	106%	-5%	Alerta de Apetência pelo Risco	34 408 515
1 a 2 meses	1 590 485	2 037 573	5 441	-441 648	32 411 014	104%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	35 522 719
2 a 3 meses	1 267 139	1 519 698	33 056	-219 503	32 191 511	103%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	35 303 216
3 a 6 meses	2 123 426	2 848 326	116 093	-608 807	31 582 704	101%	-15%	Alerta de Apetência pelo Risco	36 250 261
6 a 12 meses	3 049 174	2 792 380	647 121	903 915	32 486 619	104%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	38 710 028
Acima de 12 meses	7 974 682	18 885 416	365 968	-10 544 766	21 941 853	71%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	28 165 263
Não Contractual	327 664	14 162 691	0	-13 835 027	8 106 826	26%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	14 330 236
Base de Financiamento	31 117 047								
Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL)	327%								

Desfasamentos em Moeda Estrangeira (USD) - Junho de 2017									
Banda Temporais	Classificação Comportamental dos Activos (A)	Classificação Comportamental dos Passivos (B)	SWAPS extrapatrimonial (C)	Desfasamento do Período (A-B+C)	Desfasamento Acumulado	% de base de financiamento (D)	Directriz (E)		Capacidade
0 a 7 dias	181 078	19 421	0	161 656	161 656	37%	0%	Alerta de Apetência pelo Risco	161 656
8 a 31 dias	21 725	25 926	0	-4 201	157 455	36%	-5%	Alerta de Apetência pelo Risco	179 242
1 a 2 meses	32 007	29 411	3 146	5 742	163 197	37%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	206 770
2 a 3 meses	28 395	18 882	1 708	11 221	174 418	40%	-10%	Alerta de Apetência pelo Risco	217 991
3 a 6 meses	41 727	34 114	6 343	13 956	188 374	43%	-15%	Alerta de Apetência pelo Risco	253 733
6 a 12 meses	48 806	47 710	19 096	20 193	208 566	48%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	295 712
Acima de 12 meses	147 003	262 194	40 912	-74 279	134 287	31%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	221 433
Não Contractual	0	917	0	-917	133 370	31%	-20%	Alerta de Apetência pelo Risco	220 516
Base de Financiamento	435 729								
Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL)	163%								

10.3 MÉTODOS DE CONTROLO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Para além do cumprimento do desfasamento estrutural, o Banco monitoriza a taxa de conversão (TC) em moeda nacional e em moeda estrangeira e o rácio de financiamento de longo prazo (RFLP).

10.3.1 RÁCIO DE FINANCIAMENTO ESTÁVEL LÍQUIDO (RFEL)
A fim de manter a resiliência estrutural ao longo de intervalos temporais com prazos mais longos, o Standard Bank calcula, monitora e reporta o Rácio de Financiamento Estável Líquido (RFEL). O rácio é obtido dividindo-se o valor disponível de financiamento estável pelo valor exigido de financiamento estável.

O financiamento estável exigido (FEE) é definido como os activos (incluindo posições fora do balanço) perfilado comportamental e contratualmente no intervalo temporal superior à 6 meses, obtido a partir do desfasamento estrutural de liquidez.

10.3.2 MÉTODOS DE ACOMPANHAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O acompanhamento do risco de liquidez, é considerado nas diversas esferas considerando cada uma das unidades de negócio envolvidas neste aspecto.

- A liquidez do mercado e o sentimento do mercado no segmento por grosso, incluindo os clientes e a possibilidade de fornecerem liquidez ao Standard Bank Moçambique.

Escalatório on Process

Banco Central/ Conselho de Administração/CGAP das regiões de África

CGAP das regiões de África

CGAP/CMT/Encontro do Sub CGAP

Apetite ténico

Tolerância ao risco

Incumprimento

1- Dentro dos limites de apetite ao risco: Basileia III LCR > 105%

2- NSFR > 102.5%

3- Rácio de liquidez [regulatório] > 35%

1- Basileia III LCR 100% - 105%

2- NSFR 100% - 102.5%

3- Rácio de liquidez [regulatório] 25% - 35%

Limite de incumprimento:

1- Basel III LCR > 100%

2- NSFR < 100%

3- Rácio de liquidez [regulatório] < 25%

.....

O Banco quebrou os requisitos de liquidez. As ações de gestão implementadas e falharam, mostrando sinais de contínuar a falhar na remediação da quebra em tempo útil (<30 dias).

1- Um teste de esforço de 1 mês (ou 30 dias) para os pior dos cenários de teste de esforço específico, sistematicamente combinado) deve ser pelo menos 105% LCR: Rácio de contingência de liquidez sobre o fluxo de saídas esperado em cenário de esforço.

2- Rácio de financiamento estável (NSFR) fundos estáveis disponíveis sobre os fundos estáveis exigível > 102.5%.

3- Rácio de liquidez rácio que mensura a percentagem de ativos líquidos sobre o total dos passivos de curto prazo.

Métricas

1- LCR (Rácio de cobertura de liquidez)

2- Capacidade contractual/rácio de retorno de financiamento estável

11. APETÊNCIA PELO RISCO

11.1 DECLARAÇÃO DE APETÊNCIA PELO RISCO (DAR)

O Standard Bank define a sua apetência pelo risco para assegurar que alcance os seus objectivos estratégicos sem assumir níveis de risco que sejam demasiadamente elevados, considerando os interesses de todas as suas partes interessadas. Esta reflecte a capacidade para suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações à medida que estas se vençam, tanto em condições normais, como em condições de esforço. A declaração de apetência pelo risco (DAR) é composta por quatro dimensões:

- Capital regulamentar;
- Resultados sob esforço;
- Liquidez;
- Risco inaceitável;
- Capital económico.

Cada dimensão da DAR tem dois níveis de fasquia definidos:

- O factor de alerta da apetência pelo risco serve como um factor desencadeador de aviso atempado. Toma em consideração o âmbito e a natureza das medidas da gestão a que se pode recorrer e assegura que as medidas correctivas da gestão podem ser aplicadas e impedir a quebra de um limite de tolerância ao risco.
- O limite de tolerância ao risco é o valor máximo que o Banco está preparado para tolerar para além da sua apetência pelo risco.

Segue abaixo a declaração de apetência pelo risco:

Dimensão da DAR	Declaração	Dentro da Apetência pelo Risco	Excede a Apetência pelo Risco, mas está Dentro da Tolerância ao Risco	Quebra da Tolerância ao Risco
Capital regulamentar	Depois de absorver o impacto de eventos de esforço contidos nos cenários aprovados pela comissão de governação relevante e, se necessário, depois de levar em consideração o efeito de medidas de mitigação, o total do rácio de solvabilidade não deve ser menor que o rácio especificado, expresso em percentagem.	> 14%	12% - 14%	< 12%
Resultados sob esforço	Depois de absorver o impacto de eventos de esforço contidos nos cenários aprovados pela comissão de governação relevante e, se necessário, depois de levar em consideração o efeito de medidas de mitigação, os resultados antes de impostos projectados sob esforço não devem cair mais do que a percentagem especificada comparativamente aos resultados antes de impostos orçamentados / projectados.	< 30%	30% - 40%	> 40%
Liquidez (medidas de esforço de curto prazo)	Os activos líquidos de alta qualidade serão suficientes para cumprir com o mínimo de requisitos regulamentares e para absorver possíveis saídas de caixa em esforço de liquidez tanto sistémico, como do banco em específico, e bem assim o efeito combinado num horizonte de curto prazo.	>105%	100% - 105%	<100%
Liquidez (longo prazo)	O desfasamento estrutural de liquidez resultante do período de maturidade desfasado entre activos e passivos será mantido no nível da capacidade de desfasamento de liquidez (conforme definido na Política de Liquidez), garantindo recursos estáveis disponíveis para atingir o nível de demanda dos recursos estáveis requeridos.	>102.5%	100-102.5%	<100%
Risco inaceitável	Envidar esforços para evitar exposição a eventos de risco inaceitáveis, tais como actividades que possam ter como consequência prejuízos para a reputação, actividades ilegais, violação dos regulamentos e violação de mandatos de clientes. Quando for identificado um evento de risco desta natureza, deve ser tratado com a devida urgência.	-	-	-

A apetência pelo risco (AR) é suportada por limites de tipos de risco específicos e indicadores de alerta que são consistentes com a tabela acima, por forma a garantir que as decisões do dia-a-dia não resultem em situações que possam ameaçar o cumprimento dos limites acima.

A política de AR do Standard Bank operacionaliza o conceito de AR, bem como define a estrutura de disseminação da mesma, descrevendo 3 níveis de AR:

- AR de nível 1: são métricas quantitativas geralmente relacionadas com recursos financeiros disponíveis (capital e liquidez) e resultados em esforço (recursos futuros).
- AR de nível 2: a AR de nível 2 providencia o desdobramento da AR de nível 1, para os tipos de risco. O nível 2 é definido de tal forma que possa ser acomodado na AR de nível 1. Alguns exemplos de AR de nível 2 desdobrados pelos tipos de risco incluem:
 - Dimensões de capital – demanda de capital pode ser desdobrado para o nível de tipos de risco;
 - Resultados em esforço – os resultados na componente de risco do indicador (perdas inesperadas) podem ser desdobrados para o nível de tipo de risco.
- AR de nível 3: esta é definida como carteira de limites, que serve de base para os níveis 1 e 2 de AR. Estas métricas são definidas e monitoradas ao nível dos tipos de risco e são detidas pelos tipos de riscos. Os tipos de riscos são responsáveis por garantir que a carteira de limites definida a diferentes níveis do banco é consistente e são definidas e aprovadas nos níveis apropriados e são amplamente congruentes com as definições de AR de nível 1 e 2.

Os limites não são necessariamente adicionáveis ou matematicamente reconciliáveis. Os limites ou intervalos de metas são definidos para garantir que a performance vai de encontro com os níveis esperados/ aceitáveis.

O cumprimento da AR é monitorado numa base mensal e reportado ao Conselho de Administração trimestralmente. Esta abordagem garante que a deterioração do perfil de risco é oportunamente identificada e atempadamente remediada.

11.2 GOVERNAÇÃO DA APETÊNCIA PELO RISCO

A declaração de apetência pelo risco é da responsabilidade do Conselho de Administração e é revista anualmente, sendo as revisões efectuadas de acordo com as alterações de estratégia. Os limites e a tolerância ao risco aprovados pelas estruturas de governação do risco do Standard Bank.

A Gestão do Risco, em particular, tem um papel crucial em matéria de governação da AR:

- Gere o processo através do qual a AR é recomendada e aprovada e a utilização da AR é monitorizada, mas não gera todos os elementos que são necessários para determinar um nível apropriado de AR;
- Assegura a coordenação entre as unidades de negócio e as funções financeiras;
- Recomenda a aprovação da AR ao Conselho de Administração;
- Monitoriza o perfil de risco corrente e projectado das carteiras face aos factores desencadeadores da AR e aos limites de tolerância ao risco, tanto em condições normais como de esforço.

11.3 MONITORIA, REPORTE E RESOLUÇÃO DAS QUEBRAS

A gestão monitora o perfil de risco corrente e projectado sob esforço e sem esforço face a estes limites para identificar as quebras efectivas ou potenciais e tomar medidas correctivas.

As quebras dos factores desencadeadores da AR (desde que a tolerância ao risco não seja quebrada, com uma classificação laranja) podem manter-se durante períodos curtos enquanto a gestão aplica medidas correctivas adequadas para reduzir a posição de risco até aos níveis da AR. O estado desejado é estar dentro do factor desencadeador da AR (classificação verde). Uma quebra de um limite de tolerância ao risco (classificação vermelho) obriga a medidas correctivas imediatas para reduzir a posição de risco até aos níveis de tolerância, excepto se for autorizada por uma comissão de governação mandatada pela Gestão do Risco e aprovada pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.

12. PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

O Standard Bank detém participações em três (3) entidades, pelos motivos que se seguem:

Entidade	Objectivo/Motivo
Parque Industrial da Matola (PIM)	Objectivos estratégicos/relacionamento
Interbancos, SARL	Objectivos estratégicos/relacionamento
SIMO	Motivos regulamentares

12.1 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO

Os investimentos não cotados compreendem os investimentos de capitais cujo justo valor não pode ser mensurado de forma fiável e por isso são contabilizados pelo custo, como segue:

(Valores em milhares de Meticais)

Descrição	Jun-17	Jun-16
Número de obrigações	2 500	2 500
Participação no capital próprio:		
Parque Industrial da Matola (PIM)	1 121	1 121
Interbancos, SARL	1 090	1 090
SIMO	41 173	41 173
Total	43 387	43 387

O total dos prejuízos acumulados dos investimentos não cotados na bolsa de valores, reconhecidos no balanço é de 1,090 milhares de Meticais, como se mostra abaixo:

(Valores em milhares de Meticais)

Descrição	Jun-17	Jun-16
Não cotados	43 387	43 387
Prejuízos acumulados de investimentos não cotados em Bolsa	-1 090	-1 090
	42 297	42 297

Traga a
sua conta para quem vê
alem das contas.



Soluções de Segurança
Protecção Salário

Os nossos clientes são mais que um número de conta. São pessoas com sonhos, dificuldades e responsabilidades. Por isso criámos serviços que o asseguram numa futura eventualidade, como a Protecção Salário que lhe garante até três vezes o seu salário em caso de perda de emprego.

www.standardbank.co.mz

Standard Bank Seguindo em Frente